



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
Comissão de Anistia/GM/MJ

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, 2º andar, sala 200, Edifício Sede – Cep: 70.064-900
Telefone (61) 2025-9400/9404

RELATÓRIO ANUAL
COMISSÃO DE ANISTIA
2012

MJ
Brasília
2016

O relatório de atividades é alusivo ao ano de 2012, tendo sido elaborado em 2014. As fotos que registram as atividades públicas promovidas pela Comissão de Anistia são de propriedade do Ministério da Justiça, sendo permitida sua publicação desde que citada a fonte.

341.5462

B823r Brasil. Ministério da Justiça e Cidadania. Comissão de Anistia. Relatório anual Comissão de Anistia 2012 / Ministério da Justiça e Cidadania, Comissão de Anistia. -- Brasília : Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.
57 p. : il. color.

1. Anistia política – relatório - Brasil. 2. Justiça de transição.
3. Testemunho. 4. Relatório técnico I. Brasil. Ministério da Justiça e Cidadania. Comissão de Anistia.

CDD

Ficha elaborada pela Biblioteca do Ministério da Justiça

Agradecimentos à equipe que colaborou com a elaboração deste relatório.

<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia>

Contato – atendimento: (61) 2025 3213/3675



**Ministério da Justiça
Comissão de Anistia**

Presidente da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Vice-Presidente da República em Exercício
Michel Temer

Ministro da Justiça
JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Presidência
PAULO ABRÃO

Vice-presidentes
SUELI BELLATO
EGMAR OLIVEIRA

Secretário Executivo
MULLER BORGES

Coordenadora de Análise e Informação Processual
CAROLINA NUNES

Coordenadora de Controle e Gestão Processual
JOICY HONORATO

Coordenadora Executiva do Memorial da Anistia Política
AMARÍLIS BUSH TAVARES

Coordenador-Geral de Memória
MARCELO D. TORELLY

Coordenação de Políticas de Justiça de Transição e Memória Histórica
ROSANE CAVALHEIRO CRUZ

Divisão de Arquivo e Memória
MARIA CRISTINA DE CASTRO

Central de Atendimento
ALINE AGUIAR

Serviço de Apoio Administrativo
LÍVIA ALMEIDA

Conselheiros

ALINE SUELI DE SALLES SANTOS
ANA MARIA GUEDES
ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA
CAROLINA DE CAMPOS MELO
CAROL PRONER
EDSON CLÁUDIO PISTORI
EGMAR JOSÉ DE OLIVEIRA
ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA
HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO
JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA FILHO
JUVELINO JOSÉ STROZAKE
LUCIANA SILVA GARCIA
MÁRCIA ELAYNE BERBICH DE MORAES

MÁRCIO GONTIJO
MARINA DA SILVA STEINBRUCH
MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE
NARCISO FERNANDES BARBOSA
NILMÁRIO MIRANDA
PAULO ABRÃO
PRUDENTE JOSÉ DA SILVA MELLO
RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI
ROBERTA CAMINEIRO BAGGIO
RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS
SUELI APARECIDA BELLATO
VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA
VIRGINIUS JOSÉ LIANZA DA FRANCA

Sumário

Apresentação.....	7
Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política.....	11
1 - Reparação Econômica.....	12
1.1. Programa de Reparação Econômica.....	12
1.2. Desafios da Gestão.....	12
2. Reparação Moral, Coletiva, Simbólica e Psíquica.....	17
2.1. Memorial da Anistia Política do Brasil.....	17
2.2. Projeto Marcas da Memória.....	19
2.2.1. Exposições.....	20
2.2.2. Filmes.....	22
2.2.3. Cinema pela Verdade.....	24
2.2.4. Teatro.....	25
2.2.5. Publicações.....	28
2.2.6. Produção Mista.....	28
2.2.7. Trilhas da Anistia.....	30
3. Projeto Clínicas do Testemunho.....	30
3.1. Clínica do Testemunho Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro.....	31
3.2. Clínica do Testemunho Instituto Sedes.....	31
3.3. Clínica do Testemunho Projetos Terapêuticos de São Paulo.....	32
3.4. Clínica do Testemunho Sigmund Freud Associação Psicanalítica.....	32
3.5. Clínica do Testemunho de Pernambuco.....	32
4. Ações Educativas.....	33
4.1. Caravanas da Anistia.....	33
4.2. Anistias Culturais.....	41
5. Ações de Disseminação.....	42
5.1. Pesquisas.....	43
5.2. Acervo e Digitalização.....	44
5.2.1. Digitalização do Acervo.....	44
5.2.2. Parceria com Fundação Lelio e Lisli Basso – ISSOCO.....	45
5.3. Publicações.....	45
6. Cooperação Internacional.....	46
6.1. Cooperação com o PNUD.....	47

Biografia dos Conselheiros.....	49
Equipe completa da Comissão.....	55

Apresentação

A Comissão de Anistia desenvolveu em seu âmbito institucional a condução do objetivo estratégico vinculado ao Ministério da Justiça, qual seja, garantir a promoção do direito à reparação e à verdade e o fortalecimento da cidadania e da justiça.

Em 2012, desenvolveu diversas ações contempladas em seu planejamento estratégico, que contribuíram para busca de valores próprios de Justiça de Transição. Julgou com celeridade os requerimentos e recursos de anistia política, após um processo de reestruturação de fluxos e criação de novas rotinas e mecanismos de monitoramento dos trabalhos. Essas ações de aprimoramento de sua estrutura funcional e administrativa ocorreram em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Realizou treze Caravanas da Anistia, deu início à digitalização de seu acervo, e fortaleceu sua política de cooperação internacional, promovendo seminários, congressos e capacitações com organismos internacionais.

O projeto Marcas da Memória fomentou projetos de memória da sociedade civil e construiu um acervo de fontes orais e audiovisuais contendo relatos de vítimas da Ditadura Civil-Militar, em parceria com as universidades federais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

Entre os projetos selecionados pelos projetos Marcas da Memória, destaca-se o “Trilhas da Anistia”, que tem como objeto a instalação de “Monumentos ao Nunca Mais” em diversas cidades brasileiras em que ocorreram violações de direitos humanos no período ditatorial. O propósito principal desse projeto é ressignificar esses locais como sítios de memória histórica, contribuindo para a impressão de marcas permanentes sobre fatos relacionados à anistia política e à Justiça de Transição no Brasil.

Além disso, a Comissão de Anistia inovou ao lançar, em 2012, o Projeto “Clínicas do Testemunho” com o objetivo de ampliar a política brasileira de reparações, incluindo o eixo da atenção psicológica às vítimas. Por meio de edital público, foram selecionados quatro projetos de organizações da sociedade civil para formação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados por violência de Estado entre os anos de 1946 e 1988.

As Clínicas do Testemunho atuam em três dimensões: prover atenção psicológica às vítimas do regime ditatorial, capacitação profissional, e geração de insumos de referência de subsídio para novas experiências. Dessa forma, as quatro Clínicas implantadas funcionam não apenas como um centro de atendimento, como também espaço de formulação de conhecimentos que podem ser posteriormente aplicados, por outros profissionais, para o atendimento de vítimas da violência estatal, suprimindo, assim, uma lacuna existente nas políticas públicas de reparações no Brasil.

Esse ano também registrou importantes avanços na implantação do Memorial da Anistia. Foram concluídos os projetos executivos finais e o orçamentário das obras para recuperação, reforma e nova edificação do Memorial da Anistia. Foi ainda assinado o contrato entre a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (parceira da Comissão de Anistia na implantação do Memorial) e a empresa de engenharia que executará as obras.

Em 2012, foram implementadas duas iniciativas significativas no campo da verdade e do respeito ao direito fundamental de acesso à informação - a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a aprovação da Lei de Acesso à Informação (LAI), respectivamente.

A CNV foi instituída em 16 de maio de 2012, e entre seus objetivos destacam-se o esclarecimento dos fatos e das circunstâncias dos casos de graves violações de direitos

humanos, em especial, dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ocorridas no período ditatorial no país, e a identificação do aparato estatal e estruturas de apoio às violações cometidas. Nesse contexto, a Comissão de Anistia passou a fornecer apoio à CNV com informações e pesquisas, visto que possui o mais amplo acervo e de relevância histórica em virtude das narrativas das vítimas nos requerimentos de anistia.

A partir do início dos trabalhos da CNV, dezenas de comissões da verdade estaduais, municipais e de entidades de classe foram criadas, que somadas aos comitês de verdade e a outras iniciativas de grupos sociais, geraram um grau de mobilização social acerca da temática da verdade e da memória sem precedentes na história do Brasil democrático, o que desencadeou a solicitação de inúmeros pedidos de informação por parte dessas comissões.

Para tanto, a Comissão de Anistia firmou acordo de cooperação recíproca com as Comissões da Verdade, no âmbito do projeto de cooperação internacional BRA 08/02, a fim de apoiar trabalhos das comissões, a transferências de conhecimentos, a reparação e a capacitação recíproca de agentes de Estado e da sociedade civil. A parceria possibilitou a realização de pesquisas nos requerimentos de anistia. Por meio desse projeto, a Comissão pôde realizar pesquisas em seu acervo de requerimentos de anistia visando auxiliar os trabalhos de investigação das comissões na identificação das estruturas de repressão e dos agentes ligados ao aparato repressivo. Tais iniciativas contribuirão para que o relatório circunstanciado final da CNV contenha as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e as recomendações.

A outra iniciativa na esfera do Governo Federal foi a edição da Lei do Acesso à Informação (LAI) que, por sua vez, tornou transparente o acesso a documentos públicos, contribuindo para o fim do sigilo de documentos que tratam de violações aos Direitos Humanos. A garantia de acesso à informação constitui um dos fundamentos para o aprofundamento e consolidação da democracia, já que auxilia no processo de reconstrução da história e da ressignificação da memória e da verdade, além de contribuir para a garantia de outros direitos para a sociedade.

Especificamente, no que diz respeito ao Ministério da Justiça, ao longo dos diversos governos democráticos, vem contribuindo para o aprofundamento da discussão sobre a Justiça de Transição no País, principalmente por intermédio das ações levadas a cabo pela Comissão de Anistia.

Brasília, dezembro de 2012.

Paulo Abrão

*Presidente da Comissão de Anistia
Ministério da Justiça*

DESIGN
SOLUTIONS

Projetos Educativos

Política Nacional de Promoção da Justiça de
Transição e da Anistia Política

Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política

A Comissão de Anistia foi instituída no âmbito do Ministério da Justiça pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002¹, com a finalidade de examinar os requerimentos de anistia política e assessorar o Ministro de Estado de Justiça em suas decisões. Desde então, vem cumprindo sua função pública de aprofundar o processo democrático brasileiro, tendo por base os valores e princípios da Justiça de Transição: o direito à reparação, à memória e à verdade.

De acordo com essa Lei, após apreciação do processo, a Comissão poderá reconhecer a situação de anistiado político do requerente e, se for o caso, conceder reparação econômica para aqueles que tenham comprovado haver sofrido perseguições exclusivamente políticas por meio de atos de exceção do Estado brasileiro, entre 1946 e 1988.

Para cumprir sua missão e objetivos institucionais, a Comissão de Anistia conduz a Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política, um conjunto de ações e projetos que atua com diferentes formas de reparação: econômica, moral, coletiva, psíquica e simbólica:

- Julgamento de requerimentos de anistia;
- Memorial da Anistia Política do Brasil;
- Projeto Marcas da Memória;
- Trilhas da Anistia
- Caravanas da Anistia
- Anistias Culturais;
- Projeto Clínicas do Testemunho
- Preservação do acervo e disseminação (publicações e pesquisas, seminários); e
- Cooperação Internacional.

A política de reparação econômica (Lei nº 10.559/2002), de caráter indenizatório, pode ser concedida via prestação mensal ou parcela única. A prestação mensal, permanente e continuada, é dirigida aos anistiados políticos que comprovem vínculos empregatícios à época das violações de seus direitos. A reparação em prestação única é destinada aos anistiados que não comprovam a perda de vínculo empregatício. No que tange aos outros tipos de reparação, a Comissão atua por meio de projetos Caravanas da Anistia, Memorial da Anistia Política, projetos Marcas da Memória e Clínicas do Testemunho.

Este relatório apresenta as principais ações desenvolvidas nesses projetos no ano de 2012.

¹ A Comissão de Anistia, criada em 2001 por Medida Provisória e instituída no âmbito do Ministério da Justiça pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

I - REPARAÇÃO ECONÔMICA

I.1. Programa de Reparação Econômica

O Programa de Reparação Econômica atua conforme as determinações da Lei nº 10.559/2002. Por meio de sessões de julgamentos (na sede do Ministério da Justiça ou nos espaços montados pelas Caravanas da Anistia país afora), um colegiado de conselheiros delibera sobre os pedidos de anistia política – com ou sem requisição de reparação econômica.

Estes julgamentos são realizados pelos conselheiros/as da seguinte maneira: análise do requerimento e documentos constantes no processo; escuta da manifestação do ex-perseguido; debate entre os pares; votação simples.

Como já indicado, o processo prevê a concessão (ou não) do título de anistiado/a. Quando este título é aprovado, passa-se para a fase de julgamento da indenização econômica – nos casos solicitados.

As apreciações de requerimentos dividem-se em julgamentos em sessões de turma e sessões do Plenário.

As sessões de Turma são compostas por pelo menos três Conselheiros e têm como objetivos:

- Apreciar os pedidos e emitir pareceres conclusivos sobre requerimentos de anistia;
- Requerer à Coordenação-Geral de Gestão Processual diligências e eventual oitiva de testemunhas.
- Já as sessões de Plenário são compostas por pelo menos nove Conselheiros com os objetivos:
- Apreciar os recursos relativos a processos já julgados em turma, de acordo com normas procedimentais;
- Emitir súmulas administrativas a pedido do Presidente da Comissão;
- Fixar interpretação da Lei nº 10.559/2002 e demais normas jurídicas correlatas;
- Estabelecer normas complementares relativas ao funcionamento da Comissão e à ordem dos trabalhos;
- Realizar sessões administrativas e audiências públicas para definir teses e consolidar entendimento sobre matérias diversas.

Em 2012, as sessões foram realizadas tanto no formato Turmas quanto no formato Plenário. Os resultados numéricos de 2012 – comparativamente aos anos anteriores, serão apresentados na sequência.

I.2. Desafios da Gestão

O grande desafio da gestão em 2012 se deu no campo orçamentário. Em 2011, a Comissão de Anistia contou com um orçamento de R\$ 24.070.000,00. Para 2012, o orçamento obtido foi de R\$ 15.000.000,00, ou seja, houve um corte de quatorze milhões de reais. Apesar desse corte orçamentário, as ações executadas nos últimos anos continuaram sendo realizadas no ano de 2012. Assim, o desafio foi o de otimizar recursos.

Portanto, o destaque de 2012 foi a participação da Comissão em uma consultoria, promovida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Com o auxílio dessa consultoria, a Comissão de Anistia identificou que as dificuldades na gestão diziam respeito à fragilidade de sua estrutura, composta por apenas quatro cargos, número

considerado insuficiente para cumprir sua missão. Também havia dificuldade em conseguir lotar servidores qualificados nas unidades do Gabinete, seja por falta de Funções (FC e FCT) ou pela pouca disponibilidade de servidores na pasta.

Importantes medidas foram empreendidas pelo Ministério da Justiça com vistas ao fortalecimento institucional do órgão, como a recomposição de sua força de trabalho mediante a alocação de 36 novos servidores, a partir de novembro de 2011.

No entanto, tais medidas não foram suficientes diante do cenário naquele momento – em que a Comissão contava apenas com apenas quatro cargos DAS para gerir a estrutura e executar os trabalhos. Ainda que os novos servidores tenham complementado e potencializado os esforços centrados na recomposição do quadro profissional e na melhoria dos processos de gestão, o adequado desempenho das atribuições do órgão carece de formalização de unidades em sua estrutura.

No Relatório da Consultoria do INDG, foram identificadas questões que impactam diretamente no desempenho do órgão, a saber:

- Divergência entre a estrutura formal, segundo o Decreto nº 6.061/2007, e a estrutura real (informal) da Comissão de Anistia;
- Acúmulo de funções para um mesmo cargo;
- Estrutura composta por quatro cargos, sendo três destes de assessoramento;
- Cargos cedidos de outros órgãos do Ministério da Justiça, que não fazem parte da estrutura formal;
- Diminuição do quadro de pessoal nos últimos anos, com a substituição do quadro composto em quase sua integralidade por terceirizados por servidores;
- Perda de memória institucional no momento da substituição de terceirizados;
- Inexistência de Funções Gratificadas ou Funções Comissionadas Técnicas no órgão.

Pensando em longo prazo, a Comissão encaminhou ao Ministério do Planejamento uma proposta de criação de novos cargos, que além de contemplar o fortalecimento das áreas diretamente relacionadas ao julgamento de requerimentos de anistia, cria também estrutura para o funcionamento do Memorial da Anistia Política (Processo nº 08084.000.091/2011-73).

Além disso, traçou um plano de ação para viabilizar o alcance das metas e a melhoria dos processos de trabalho do órgão, cabendo destaque às seguintes ações já finalizadas:

- Implementação da sistemática de disponibilização de processos;
- Implementação de sistemática para redução da carga de processos;
- Implementação de sistemática de alinhamento dos analistas com representante do conselho; e
- Criação do aplicativo de Gerenciamento de Processos da Comissão que é uma melhoria de interface da Planilha de Gerenciamento de Processos.

Para promover agilidade na tomada de decisões e no julgamento dos processos de anistia por meio da melhoria de processos de trabalho e da gestão, foram estabelecidas – metas de julgamento e publicação de portarias para a Comissão levando em consideração três premissas: recadastramento do acervo; digitalização do acervo; e implantação do sistema gerencial de tramitação de requerimentos de anistia (SINCA). Para o ano de 2012, a meta prevista era de 1.706 processos julgados.

Entretanto, as premissas para o alcance dessas metas não foram concluídas naquele ano:

- O recadastramento do acervo não foi realizado por carência de força de trabalho, cuja prioridade de alocação foi a análise de processos;
- A implantação do SINCA foi interrompida em virtude da necessidade de compatibilizar esta nova ferramenta com o sistema estruturante de gestão documental do Ministério da Justiça.
- A digitalização foi iniciada em fevereiro de 2012, mas seus resultados somente foram percebidos em novembro do mesmo ano.

Apesar desse cenário, os dados indicam que a meta de 1.706 processos julgados foi superada. Mas antes de detalhar os resultados de 2012, é importante destacar que estes números, e os que serão apresentados na sequência, podem sofrer mudança após a conclusão do recadastramento que está em andamento desde 2014 como parte do processo de desenvolvimento do SINCA.

Apesar desses contínuos esforços por um sistema unificado, até setembro de 2013, o registro dos processos era feito em diferentes planilhas, o que gerou algumas inconsistências nos dados, seja por erros de digitação cadastral ou pela forma de contagem dos dados – por exemplo, um mesmo requerimento pode ter sido julgado mais de uma vez, em diferentes anos e a contagem anual simplificada gerava duplicação desses casos.

Portanto, os dados aqui apresentados diferem daqueles apresentados nos relatórios anteriores (até 2010) e ainda poderão sofrer algumas alterações após a conclusão das revisões em curso.

Considerando os últimos dados consolidados, desde sua criação em 2001, a Comissão de Anistia recebeu 71.603 mil requerimentos, sendo que destes, aproximadamente 59.878 mil processos foram apreciados até 2012.

Dos requerimentos recebidos, 1.322 foram autuados em 2012. Esta quantidade confirma a tendência de diminuição de requerimentos iniciada em 2008:

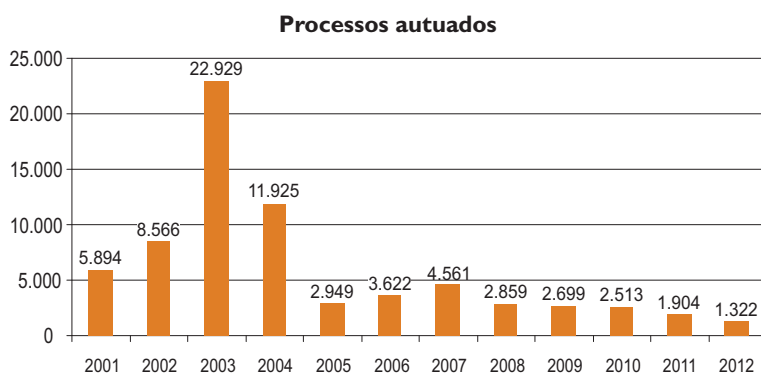


Gráfico I – Número de processos autuados.

Um dos fatores que explicam esta diminuição contínua a partir de 2008 é, provavelmente, o tempo de existência da Comissão. No início de seu funcionamento, é visível o aumento anual no número de solicitações, chegando-se a um pico em 2003 – quando a Comissão de Anistia recebeu os requerimentos que haviam sido recebidos por outros órgãos, como Ministério do Planejamento e Ministério da Defesa; a partir de 2005 os números, além de entrarem em cada, já não alcançaram aqueles valores obtidos dos

anos iniciais. Dito de outra forma, este dado é informativo, não representando maior ou menor capacidade da gestão, mas apenas fatores que lhes são externos².

Ao mesmo tempo em que o número de entradas caía nos últimos anos, a produtividade em termos de análise se via afetada pelas mudanças no quadro funcional realizada em 2011, quando grande parte dos funcionários terceirizados foi substituída por servidores. Esse processo gerou perda de memória institucional, demandou capacitação para esses profissionais e adequação dos fluxos de trabalho, influenciando, sobretudo, na área de análise processual.

Nesse contexto, o ano de 2012 representa um momento “pós-transição” com resultados bastante positivos.

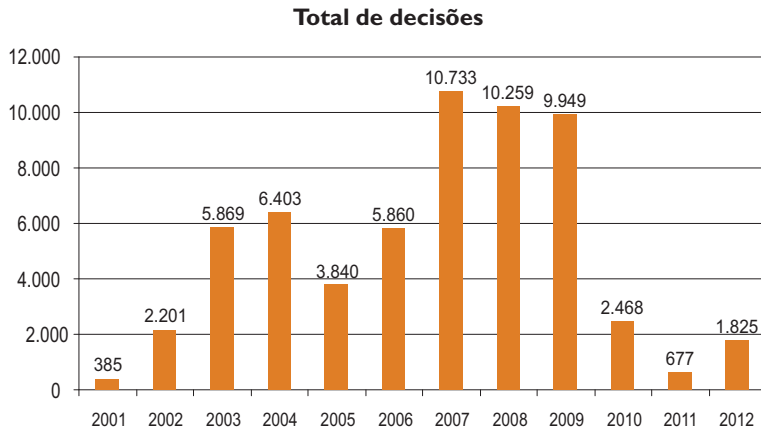


Gráfico 2 – Total de decisões por ano.

Conforme se observa, embora o número de decisões pareça pequeno se comparado com períodos anteriores como 2003-2006 e 2007-2009, ele representa um crescimento de mais de 100 % em relação ao ano anterior.

Conforme Gráfico 2, o número de decisões em 2012 ultrapassou a meta estabelecida (1.706) e é consideravelmente maior que o do ano anterior. Este cenário se confirma também ao verificar a relação entre estes números de decisão e a quantidade de processos aguardando apreciação (soma dos processos autuados e do saldo remanescente dos anos anteriores), a saber, 12.323 em 2011 e 12.959 em 2012:

² Se algum elemento interno tem a capacidade de influenciar nesse número, ele estará ligado ao campo da comunicação: poder-se-ia investigar as relações entre o número de requerimentos e a exposição da C.A., ou campanhas ou estudos sobre os temas da anistia por ela divulgada, por exemplo. Embora não seja nosso objeto, mesmo tais relações parecem frágeis já que nos últimos anos dos trabalhos da C.A. tiveram espaço na mídia tanto quanto nos primeiros anos de sua existência. O mais provável, portanto, é que grande parte das pessoas que tem certeza sobre o pedido de anistia já tenha entrado com processo nos anos iniciais.

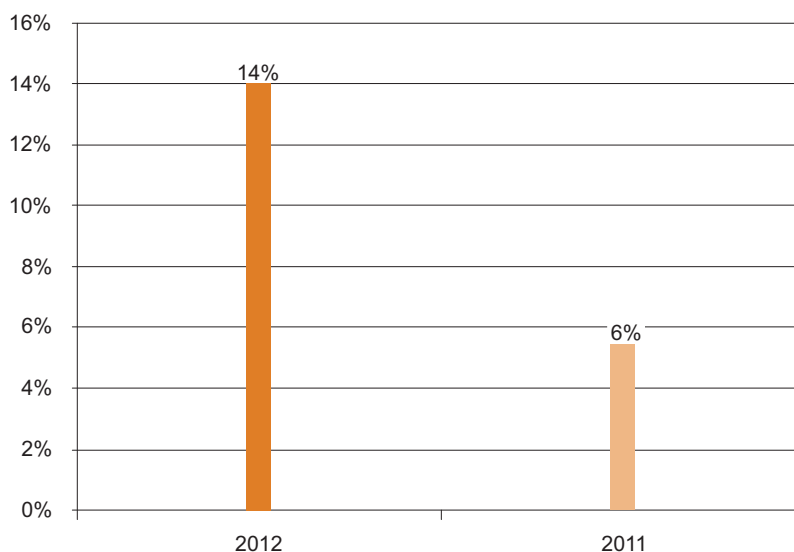


Gráfico 3 – N° decisões/n° processos a serem julgados (%).

O Gráfico 3 indica que a produtividade de 2012 em relação ao ano anterior dobrou. Assim, os resultados obtidos em 2012 indicam que a Comissão de Anistia conseguiu superar os desafios colocados no ano anterior, otimizando seus recursos e alcançando a meta – ainda que as condições estruturais não estivessem concluídas.

Também em 2012, a Comissão definiu em seu planejamento estratégico a sua missão institucional:

Missão

“Ser instrumento legítimo que contribui para a consolidação da Anistia Política, da democracia e dos direitos humanos, por meio dos mecanismos da Justiça de Transição: reparação, memória, verdade e justiça”.

Para o alcance da missão, foram traçados os seguintes objetivos estratégicos:

- i) Aprimorar a política de comunicação da Comissão de Anistia para entendimento e valorização da sua missão política/institucional;
- ii) Julgar com celeridade aprimorando a qualidade;
- iii) Obter reconhecimento institucional;
- iv) Contribuir para o reconhecimento da anistia política como dever de Estado;
- v) Construir a base de conhecimento da Comissão de Anistia;
- vi) Apoiar a Comissão da Verdade;
- vii) Reforçar a coesão de toda a equipe para enfrentar os desafios;
- viii) Envolver a juventude;
- ix) Conquistar melhores condições de trabalho: estrutura e recursos humanos.

Em 2012, foram priorizados os objetivos (ii) julgar com celeridade aprimorando a qualidade; (iv) contribuir para o reconhecimento da anistia política como dever de Estado; (v) construir a base de conhecimento da Comissão de Anistia; e (ix) conquistar melhores condições de trabalho: estrutura e recursos humanos.

Como ações prioritárias se destacaram o investimento e a melhoria dos processos de trabalho; a continuidade do processo de digitalização do acervo da Comissão de Anistia; e, por fim, a execução de projetos de promoção da Justiça de Transição (Caravanas da Anistia, Memorial da Anistia Política do Brasil, Cooperação Internacional, projetos Marcas da Memória e Clínicas de Testemunho).

Visando dar transparência às atividades da Comissão, foi realizada a Audiência Pública de Prestação de Contas ao Comitê de Acompanhamento da Sociedade Civil (CASC), que ocorreu nos dias 17 e 18 de dezembro de 2012, em Brasília. Foram realizadas as apresentações do balanço das ações da Comissão de Anistia em 2012 e das atividades previstas para o próximo ano.



Audiência Pública com o CASC, 2012.

2. REPARAÇÃO MORAL, COLETIVA, SIMBÓLICA E PSÍQUICA

2.1. Memorial da Anistia Política do Brasil

O Memorial da Anistia Política do Brasil, criado em maio de 2008, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, tem como objetivo construir um espaço de memória e consciência, com sede na cidade de Belo Horizonte, destinado a preservar o legado e o acervo da Comissão de Anistia e garantir o direito do acesso à informação sobre o período de exceção brasileiro.

Trata-se de um equipamento público para organizar, preservar e divulgar a memória e o acervo histórico dos períodos de repressão política no Brasil, desde 1946 até o fim da ditadura militar, em 1985. O acervo que a Divisão de Arquivo da Comissão de Anistia preserva é de suma importância para a reconstituição da memória cívica do País, contemplando a história de perseguição política de cidadãos, presentes nos requerimentos de anistia política apreciados pela Comissão.

Um dos principais objetivos do Memorial é manter viva a memória das vítimas e promover a educação para a paz e o respeito aos direitos humanos, constituindo um espaço simbólico de reparação moral aos ex-perseguidos políticos e de sensibilização de

cidadãos. O Memorial permite que os perseguidos contem sua história sob sua própria perspectiva, o que traz significado diferenciado à narrativa.

Em 2012, foram concluídos os projetos executivos finais e o orçamento das obras para recuperação, reforma e nova edificação do Memorial, e assinado o contrato entre a UFMG e a empresa de engenharia que executará os serviços de construção do Memorial.

As obras tiveram início em dezembro e foram repassados à Universidade R\$ 1.513.375,00 para a sua execução. As obras abarcam a ampliação do Prédio de Exposições, construção da praça de acesso e do prédio administrativo em Belo Horizonte. No dia 28 de dezembro de 2012, foi celebrado o 4º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação entre o Ministério da Justiça e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que atualiza prazos, sem aditamento de recursos, e o valor total do projeto para R\$ 25.666.284,44 (vinte e cinco milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

Ao longo de 2012, ocorreram reuniões para discussão e definição do projeto museográfico do Memorial, bem como uma audiência pública de prestação de contas sobre o projeto, nas quais participaram a Comissão de Implantação do Ministério da Justiça e a Comissão espelho da UFMG, museógrafos, além de membros do Comitê Curador e do Comitê de Acompanhamento da Sociedade Civil – CASC. Além disso, a Comissão tornou-se membro da Rede Latino-americana de Sítios de Memória. Na sequência, o Quadro I apresenta os produtos, parte do projeto museográfico, entregues pela UFMG no decorrer de 2012:

Quadro I – Produtos UFMG

Produtos UFMG entregues em 2012	Quantidade
Imagem	2557
Audiovisual	40
Trechos de vídeos (min)	360
Arquivos sonoros (min)	179
Recortes de jornal	141
Documentos	281
Obras historiográficas	114
Páginas de fontes documentais impressas	807
Canções	281
Jingles	9
Legendas	850
Verbetes	84
Papers	04
Títulos de obras	15
Documentos oficiais	33

Outra iniciativa no âmbito da memória foi o estabelecimento de um acordo com a Fundação Lelio e Lisli Basso, entidade italiana, com o objetivo de reorganizar, catalogar, inventariar, digitalizar, sistematizar e disponibilizar cópia dos documentos do Tribunal Russel II, que organizou na Itália sessões de denúncia à repressão América Latina no período de 1974 a 1976; do I Congresso Nacional do Comitê Brasileiro pela Anistia; do Tribunal Permanente dos Povos, entre outros fundos custodiados pela Fundação. Esse acervo inédito irá compor também o centro de documentação do Memorial da Anistia.

2.2. Projeto Marcas da Memória

O Projeto Marcas da Memória, instituído em 2008, tem o objetivo de organizar, registrar e reunir a história de vida e a memória das vítimas de violações de direitos humanos cometidas pelo Estado nos períodos de ditadura, notadamente aquelas contempladas pela Lei nº 10.559/2002. O projeto amplia o alcance das atividades referentes à memória e à verdade, tornando a reparação individual também um processo de reflexão e aprendizado coletivo, fomentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitam àqueles que viveram um passado violento, ou que a seu estudo se dedicaram, compartilhar experiências.

A implementação das ações ocorre por meio de seleção de projetos (editais) de organizações privadas sem fins lucrativos nas áreas de preservação, de memória e de difusão, podendo envolver documentários, exposições de artes plásticas, palestras, musicais, restauração de filmes, preservação de acervos, locais de memória, produções teatrais e materiais didáticos. Todos os produtos gerados ficarão disponíveis no acervo do Memorial da Anistia Política do Brasil e poderão ser disponibilizados para consulta pública. O projeto teve seu primeiro edital lançado no ano de 2010³.

Também são incentivados projetos de publicações destinados à preservação da memória e disseminação da história da luta dos perseguidos políticos. Tais iniciativas contemplam a organização de livros de memórias, dissertações e teses de doutorado sobre o período da ditadura e a anistia no Brasil, reimpressões ou republicações de outras obras e textos históricos e relevantes; registros de anais de eventos sobre anistia política e justiça de transição. Sem fins comerciais ou lucrativos, todas as publicações são distribuídas gratuitamente, especialmente para escolas e universidades.

Com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), foi celebrado um Termo de Cooperação para produção de duas séries televisivas e sua transformação em dois longas metragens; uma sobre a atuação de advogados na ditadura e outra sobre a trajetória de militares perseguidos políticos.

Com a Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), foi celebrado termo para implementação de nova fase do projeto História Oral da Anistia no Brasil, por meio da coleta de 16 depoimentos de pessoas com histórias atreladas à resistência nos períodos de repressão estatal.

Houve a celebração de acordo de cooperação Técnica com o Ministério da Cultura por intermédio da Cinemateca Brasileira, sem destaques de recursos com a finalidade de guarda e preservação de materiais audiovisuais e a promoção de eventos e encontros. Foi firmado, ainda, o Protocolo de Intenções com a Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal e de Cultura e o Arquivo Público do Distrito Federal para intercâmbio de informações e métodos de trabalhos, bem como a disseminação de conhecimento sobre o período ditatorial.

Nos últimos três anos houve um considerável aumento da quantidade de instrumentos de ajuste celebrados e do volume de recursos transferidos, em razão da ampliação das ações de memória desenvolvidas pela Comissão de Anistia, especialmente por meio de parcerias com organizações da sociedade civil.

Em 2012, o projeto Marcas da Memória tem 40 parcerias em execução (8 celebradas em 2010, 21 celebradas em 2011 e 11 celebradas em 2012) com organizações da sociedade civil e entidades federais, focadas na temática da anistia. As exposições, filmes e mostras, peças de teatro, publicações, produções mistas, são detalhados a seguir:

³ Os editais são realizados por meio de propostas apresentadas no Portal do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal – SINCOV (www.convenios.gov.br) por Associações privadas sem fins lucrativos. Para desenvolver as propostas, a Comissão de Anistia Convênios ou Termos de Parceria (para as OSCIP) com as associações que são as responsáveis diretas pela execução física dos recursos.

2.2.1. Exposições

Arpilleras da resistência política chilena

Realizada em parceria com a Associação de Pesquisadores Sem Fronteira – PSF, de São Paulo, a exposição é composta por peças de tecelagem *arpillera* (técnica de bordado utilizada pelas chilenas para denunciar os acontecimentos vividos na ditadura).

A parceria com a Comissão de Anistia consistiu na circulação da exposição por cinco capitais brasileiras, permanecendo por dez dias em cada, contando também com oficinas de tecelagem e debate com o público, além da produção de um catálogo e de um blog para divulgação. Foram impressas 1.820 unidades do catálogo para distribuição gratuita.

Em 2012, a exposição alcançou um público superior a mil pessoas, passando pelos seguintes locais:

Local	Período
Memorial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (RS)	10 a 17 de abril
Memorial da Cidade, em Curitiba (PR)	7 a 14 de maio
Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte (MG)	18 a 24 de maio
Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro (RJ)	29 de maio a 5 de junho

Endereço do blog da exposição: <http://arpillerasdaresistencia.wordpress.com/>.



Reparação-Memorial da Democracia/PE



Realizada em parceria com o Instituto de Gestão e Tecnologia – IGT, de Pernambuco, a exposição retrata os anistiados políticos do Estado e cria um lugar de memória da democracia, identificando as suas faces e expressões multiformes, bem como as diversas formas de sua negação, expressas nas práticas variadas de violação, violência e repressão. Realizada no Museu do Estado de Pernambuco, foi inaugurada em 20 de novembro, contando com um público de aproximadamente cem pessoas, e com previsão de encerramento em 20 de fevereiro de 2013.



Sala escura da tortura

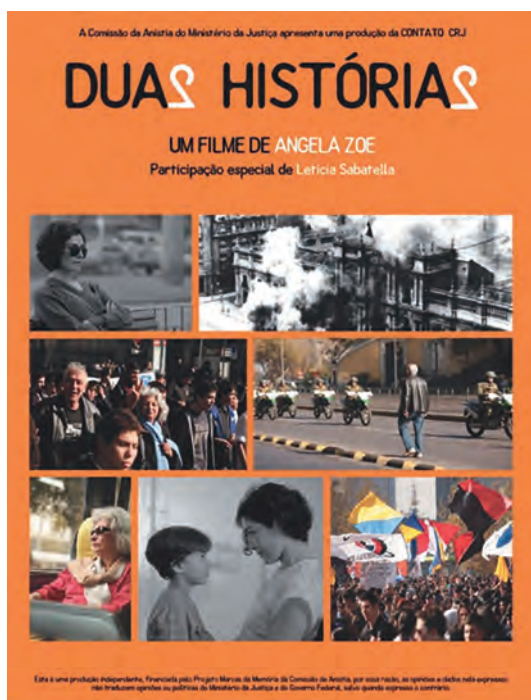
Realizada em parceria com o Instituto Frei Tito de Alencar, do Ceará, a exposição mostra sete telas pintadas a óleo pelos artistas argentinos Júlio Le Parc e Alexandre Marco, pelo brasileiro Gontran Guanaes Netto e pelo espanhol Jose Gamarra, com cenas de torturas vividas pelos presos políticos, retratadas a partir das denúncias feitas por Frei Tito de Alencar na década de 1960.

O projeto foi assinado em 2010 e executado em 2011, mas em 2012, a exposição foi apresentada no Foyer do Teatro Luiz Mendonça, no Parque Dona Lindu, em Recife (PE), entre 17 e 31 de agosto, tendo alcançado um público de mais de quatrocentas pessoas.



2.2.2. Filmes

Duas histórias - Centro de Referência da Juventude/MG



O filme “Duas Histórias”, dirigido por Angela Zoé, foi lançado na Caravana de Belo Horizonte, em 29/11/2012. Tendo como linha condutora a trajetória de dois militantes socialistas na luta contra a ditadura militar brasileira. O filme narra duas experiências diferentes, pois diferentes eram, e as concepções políticas que orientavam a resistência à ditadura. Mas são iguais na coragem, na dor, na sobrevivência e superação. Uma mulher e seu filho. Um homem. Diversas estradas, chegadas, partidas, fugas, fatos e encontros inesperados. Brasil, Argentina, Chile, outros exílios e finalmente a vitória e a alegria do retorno ao Brasil para recomeçar. (2012; 52 min; 10 anos).

“Em nome da segurança nacional” e “O fim do esquecimento” (2 filmes, 1 restaurado e 1 novo) Instituto Macuco/SP

O projeto realizado em parceria com o Instituto Macuco teve como objeto o restauro e ampliação do filme “Em nome da segurança nacional”, de Renato Tapajós, e a distribuição de cinco mil cópias. O filme “ampliado” chama-se “O fim do esquecimento”.

– “O fim do esquecimento”: dirigido por Renato Tapajós, o filme procura personagens que participaram do Tribunal Tiradentes e outros que se destacaram na luta pelos Direitos Humanos, para retomar a questão da Doutrina de Segurança Nacional, depois de três décadas. Investiga os resquícios daquela doutrina nos dias de hoje, aborda a tentativa das classes dominantes de, depois que os militares saíram do poder, promover o esquecimento dos graves fatos ocorridos durante a ditadura e constata que, finalmente, o esquecimento está sendo combatido por diversas instituições e pessoas, sobretudo pelos jovens. (2012; 54 min; 12 anos).

– “Em nome de segurança nacional”: tem como eixo narrativo o Tribunal Tiradentes, organizado pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo em 1983. O filme acrescenta às cenas do Tribunal diversos materiais, tanto de arquivo quanto ficcionais, e discute a Doutrina de Segurança Nacional, eixo ideológico da ditadura implantada pelo golpe de 1964, e o efeito que ela teve sobre diversos segmentos da sociedade brasileira. (2012; 45 min; 12 anos).

“Eu me lembro” (filme) - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS/RJ

O filme documentário, dirigido por Luiz Fernando Lobo, foi lançado em 08/10/2012, no Rio de Janeiro/RJ, na 62ª Caravana da Anistia e Festival Internacional de Cinema do Rio; e em 25/10/2012, em Curitiba/PR, na 63ª Caravana da Anistia.

“Eu me Lembro” é um documentário sobre os cinco anos das Caravanas da Anistia, que reconstrói a luta dos perseguidos por reparação, memória, verdade e justiça, com imagens de arquivo e de entrevistas. (2012; 96 min; 12 anos).



Repare Bem – Via BR/SP



O filme “Repare Bem” foi o produto do projeto com o Instituto Via BR. O pré-lançamento do filme ocorreu em 08/03/2012, em São Paulo/SP (Cinemateca), na 55ª Caravana da Anistia (dia internacional da mulher); e o lançamento do filme foi realizado em 23/10/2012, em São Paulo/SP (Espaço Itaú de Cinema Frei Caneca), na 23ª Mostra Internacional de Cinema.

Neste filme, a diretora Maria de Medeiros realiza o documentário sobre ditadura, por meio da história de três gerações de mulheres. As câmaras registraram em Roma e em Joure, no norte da Holanda, os testemunhos de Denise Crispim e de sua filha, Eduarda Ditta Crispim Leite.

Apesar de longe do Brasil, suas palavras, que falam de exílio e de memória, levam-nos a um mergulho profundo na

história do Brasil, dos anos 70 até a atualidade. Denise já nasce clandestina em 1949. Seus pais, extremamente politizados, lutaram por uma vida mais justa e são por isso perseguidos por sucessivas ditaduras. Aos 20 anos, Denise torna-se companheira de um guerrilheiro, Eduardo Leite, morto no governo militar brasileiro. Ao fugir para o Chile, reencontra seus pais, também exilados. Lá, ao lado da filha Eduarda, Denise e a mãe vivem a repressão de Pinochet e se separam novamente, para viver na Europa. (2012; 105 min; 10 anos).

2.2.3. Cinema pela Verdade

Cinema Pela Verdade (mostra de filmes com debates) – Instituto Cultura em Movimento – ICEM/RJ

O Projeto Cinema pela Verdade é um mini-festival de cinema realizado em universidades brasileiras que tem como objetivo criar uma mobilização, ampla e nacional, sobre a importância do trabalho da Comissão da Anistia, bem como o de dar maior visibilidade ao acervo material e imaterial já existente no âmbito da Comissão, promovendo assim o resgate deste período da história do Brasil na memória de professores e estudantes universitários.

Em 2012, os seguintes documentários fizeram parte da Mostra: “Cidadão Boilsen” (2009), de Chaim Litewski, que mostra a participação da sociedade civil na ditadura; “Condor” (2007), de Roberto Mader, que mostra a ditadura em outros países da América do Sul e revela um pouco do que foi a Operação Condor; e “Hércules 56” (2006), de Silvio Da-Rin, que faz uma reflexão sobre a luta armada no Brasil, a partir do seqüestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick.

O Festival de Cinema pela Verdade passou por 90 universidades em todas as unidades da federação. Realizou 201 sessões de cinema, teve a participação de 412 debatedores em 189 debates e o público que compareceu às sessões foi estimado em 20.401 estudantes.



Da esquerda para a direita: a historiadora Heloisa Greco; o diretor de “Hercules 56”, Silvio Da-Rin; a agente mobilizadora e midiadora Thais Chouair, e o professor João Pinto Furtado.



Faculdade Estácio de Sá, sessão do dia 24 de agosto.

2.2.4. Teatro

Frei Tito: Paixão, Vida e Morte

Realizada em parceria com o Instituto Frei Tito de Alencar, do Ceará, a peça tem texto do dramaturgo Ricardo Guilherme, direção de B. de Paiva e montagem do Grupo Formosura de Teatro, abordando fatos marcantes ocorridos sob o regime militar no Brasil e a trajetória do frade Tito de Alencar Lima (1945-1974), dominicano cearense, militante contra a ditadura, preso político exilado que comete suicídio na França.

O projeto foi celebrado em 2010 e executado em 2011, mas em 2012, a peça foi apresentada no Teatro Luiz Mendonça, no Parque Dona Lindu, em Recife (PE), entre 17 e 31 de agosto, tendo alcançado um público de mais de quatrocentas pessoas.



Torquemada 17 balas

A peça “Torquemada 17 balas” dissemina diálogos (cênicos, midiático e virtuais) sobre a violação e promoção de direitos na atualidade e a manutenção da memória sobre o período da Ditadura e da Anistia, inspirado em texto de autoria do dramaturgo Augusto Boal.

Na temporada, realizada por meio de uma parceria com a instituição Mudança de Cena, foram realizadas 24 apresentações por 11 municípios de 5 diferentes estados brasileiros.

O projeto também realizou 11 oficinas de Teatro do Oprimido alcançando mais de 300 participantes, criou dois web sites, um de acesso às informações do projeto e outro para troca de informações entre os beneficiados e participantes (www.torquemada.art.br e www.torquemada.ning.com), realizou 6 rodas de conversa para discussão dos resultados do projeto, com apresentação dos vídeos, web site, exposição das fotos e troca online pelo web site e redes sociais.



Filha da anistia – 2ª temporada realizada em parceria com Pesquisadores Sem Fronteira (PSF)



Circulação do espetáculo teatral “Filha da Anistia”, da Caros Amigos Cia de Teatro, realizou apresentações gratuitas, em seis cidades brasileiras, preferencialmente por onde passou a Caravana da Anistia do Ministério da Justiça, numa ação conjunta.

A peça retrata um momento da história do Brasil desde a perspectiva íntima de personagens que representam uma síntese da vivência dessa história em sua dimensão mais prática e humana. Com uma abordagem densa

e realista, perpassa os dramas e as seqüelas explícitas e ocultas impostas a milhares de brasileiros perseguidos políticos. Pela expressão artística abre-se para novas gerações uma possibilidade de reflexão sobre o legado de violência do regime autoritário, permitindo que a arte e a política se entrelacem na formação de uma consciência crítica, que compreende a democracia como um processo que precisamos constantemente seguir construindo.

Para as duas apresentações realizadas na Sala Vila Lobos do Teatro Nacional de Brasília a Comissão de Anistia firmou parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que organizou agenda com as escolas públicas de ensino médio e levou seis mil alunos para assistir a peça.

As peças ocorreram em:

- **Vitória/ES**
Apresentações nos dias 18/08, às 20h e 19/08, às 20h, no Teatro Carlos Gomes; apresentações nos dias 20/08, às 20h, 21/08, às 10h e às 16h, no Teatro SESI.
- **Florianópolis/SC**
Apresentações no dia 24/08, às 20h, no dia 25/08, às 16h e às 20h, no dia 26/08, às 16h e às 20h, no Teatro Álvaro de Carvalho.
- **Brasília/DF**
Apresentações no dia 12/09, às 20h, no dia 13/09, às 15h e às 19h, no dia 14/09, às 10h e às 15h, no Teatro Nacional.
- **Curitiba/PR**
Apresentações no dia 30/08, às 20h, no dia 31/08, às 16h e às 20h, no dia 01/09 e 02/09, às 20h.
- **Belo Horizonte/MG**
Apresentações no dia 07/09, às 20h, no dia 08/09, às 16h e 20h, no dia 09/09, às 16h e 20h, na Sala Juvenal Dias, Palácio das Artes.
- **Campinas/SP**
Apresentações nos dias 13 e 14/04, às 20h, no teatro SESC Campinas.
- **São Paulo/SP**
Apresentações no dia 07/12, às 20h, no dia 08/12, às 20h, e no dia 09/12, às 19h, na Sala Guiomar Novaes, Teatro Funarte/SP.



A prova de fogo – Casa da Gávea/RJ

O projeto fez circular a peça “A Prova de Fogo”, que tinha texto de Consuelo de Castro e direção de Vera Fajardo. Foram realizadas 24 apresentações por 6 capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, Fortaleza e Salvador), sendo 4 apresentações em cada local, abrangendo a maior parte das regiões do país no período de 4 (quatro) meses. Ao final de cada apresentação foi exibido um breve documentário com depoimentos de perseguidos políticos, inclusive de participantes de movimentos estudantis, no período ditatorial, com ênfase na “Batalha da Maria Antônia” em 1968, tendo como cenário histórico a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da USP.

As apresentações foram realizadas nas seguintes cidades:

- **Rio de Janeiro**

Apresentações nos dias 27, 28, 29 de abril, uma apresentação por dia, com exceção do dia 28, em que ocorreram duas apresentações.

- **Porto Alegre**

Apresentações nos dias 1º e 2 de maio, no Salão de Atos da UFRGS, foram realizadas duas apresentações.

- **Salvador**

Apresentações nos dias 2 e 3 de agosto, com duas sessões por dia, no Teatro Martim Gonçalves.

- **Fortaleza**

Apresentações nos dias 9 e 10 de agosto com duas apresentações por dia, no Teatro Celina Queiroz.

- **São Paulo**

Apresentações nos dias 11 e 12 de setembro, às 19h e às 21h, na Sala Funarte Carlos Miranda.

- **Brasília**

Apresentações nos dias 22 e 23 de setembro, às 19h e 21h, na Funarte Brasília.



2.2.5. Publicações

Caravanas da Anistia: o Brasil pede perdão – Instituto de Comunicação, Estudos e Consultoria – Primeiro Plano/SC

O Livro “Caravanas da Anistia: O Brasil Pede Perdão” pretende representar o legado das Caravanas da Anistia. Com contribuições de inúmeros brasileiros e estrangeiros, este livro procura organizar fragmentos das primeiras cinquenta caravanas realizadas pela Comissão de Anistia em todas as cinco regiões do Brasil, entre os anos de 2008 e 2011. Como não poderia deixar de ser, das páginas do livro brotam emoções, não apenas dos depoimentos dos ex-presos políticos, dos militantes sociais, daqueles presos e torturados, que resgatam suas histórias e as registram em público, com a honra que têm todos aqueles que podem apresentar de peito aberto sua história de lutas e militâncias, mas também dos testemunhos de toda uma nova geração que, por meio das Caravanas, conheceu um passado de seu país do qual apenas houvera sabido por livros, apropriando-se dele para dar continuidade a utopias de justiça social, hoje em terreno democrático.



2.2.6. Produção Mista

- “Revista Liberto”, obra conjunta do projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia e Instituto Pauline Reichstul de Tecnologia, Direitos Humanos e Defesa do Meio Ambiente.
- Ainda hoje existem perseguidos políticos

O projeto em parceria com a ONG gaúcha ACESSO – Cidadania e Direitos Humanos, teve por objetivo realizar, no Estado do Rio Grande do Sul, seminários, oficinas e produzir material didático-pedagógico para distribuição gratuita sobre direito à memória, verdade, liberdades democráticas e anistia política.

Os eventos integrantes do projeto foram todos realizados no ano de 2011, porém, em 2012, foi editado o livro “Justiça de transição para uma transição da justiça”, contendo uma coletânea de artigos de diversos autores sobre a temática.

- Livro e exposição fotográfica sobre a abertura da vala do cemitério Dom Bosco - Perus – Instituto Macuco/SP

O projeto tinha como objetivos tornar os acontecimentos do período da ditadura de conhecimento da sociedade brasileira, bem como produzir referencial para a realização de pesquisa histórica através de livro e exposição fotográfica.

O livro “Vala Clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira” foi lançado juntamente com a exposição, em 4 de setembro, na sede da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, representando um esforço conjunto do Instituto Macuco com a Comissão de Anistia no resgate

da história, bem como outras ações na área de defesa dos direitos humanos, relacionadas com o achado em São Paulo, no ano de 1990, no Cemitério do Bairro de Perus, de uma vala clandestina com ossadas não identificadas. Foram impressas 5.000 unidades do livro para distribuição gratuita.



Foto 19: Livro com dvd, Vala Clandestina de Perus.

A exposição fotográfica do mesmo nome do projeto teve caráter essencialmente documental e foi exposta em várias cidades durante a execução do projeto:

- 04/09/2012 – FESPSP – Exposição lançamento;
- 17 a 31/10/2012 – Assembléia Legislativa de São Paulo;
- 06/11/2012 – CÉU Azul da Cor do Mar;
- 07 a 21/11/2012 – UNICASTELO;
- 10/12/2012 – Câmara Municipal de São Paulo.

Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas – IIEP/SP

O Projeto “Contemos a nossa história: os mecanismos de repressão e perseguição política durante a ditadura – memória dos trabalhadores metalúrgicos e militantes de São Paulo” teve como objeto o registro da memória dos trabalhadores metalúrgicos e militantes, que atuaram coletivamente entorno da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) no período da ditadura civil-militar. Este registro se concretizará com a impressão de um livro acompanhado de um DVD.

Em 2012, foram realizadas 06 oficinas na cidade de São Paulo que seguem listadas a seguir. O livro e o DVD têm previsão de lançamento para novembro de 2014.

- 1ª oficina: Região Centro
Data: 24 de Março
Local Apeoesp - Sindicato dos Professores;
- 2ª Oficina: Região Sul
Data: 12 de maio
Local: Sindicato dos Químicos de São Paulo;

- 3ª Oficina: Região Sudeste
Data: 23 de junho
Local: Casa de Solidariedade;
- 4ª Oficina: Região Leste/ Moóca
Data: 11 de agosto
Local: Centro Pastoral São José – Sede regional;
- 5ª Oficina: Região Oeste/Norte
Data: 15 de setembro
Local: Sindicato dos Químicos Sub-sede Lapa;
- 6ª Oficina: Reunião geral no centro de São Paulo para apresentação dos resultados das Oficinas
Data: 20 de outubro
Sindicato dos Bancários – Auditório Amarelo.

2.2.7. Trilhas da Anistia

Com o objetivo de identificar e publicizar locais relacionados à prática de violações de direitos humanos, a Comissão vem implantando lugares de memória histórica e consciência política nas diversas regiões do País, o que realiza por meio de parcerias específicas e também por intermédio do projeto “Trilhas da Anistia”.

O projeto Trilhas da Anistia prevê a construção de dez monumentos em locais públicos de grande circulação por onde passam as Caravanas da Anistia, além da publicação de um livro dedicado à contextualização dos monumentos com as cidades nas quais foram construídos. Seu objetivo é contribuir para a impressão de marcas permanentes de memória sobre fatos relacionados à anistia política e à Justiça de Transição no Brasil.

Além disso, por meio do “Projeto de Cooperação Técnica para o Intercâmbio Internacional, Desenvolvimento e Ampliação das Políticas de Justiça Transicional no Brasil” (PRODOC BRA/08/021), firmado entre a Comissão de Anistia e o PNUD, foi realizada a consultoria “Locais de Memória”, com a finalidade de mapear sítios de relevância cultural e histórica inscritos nos processos de repressão política e resistência popular ocorridos entre os anos de 1946 e 1988, contribuindo para a definição dos locais que receberiam e ainda receberão os monumentos realizados no âmbito do projeto “Trilhas da Anistia”.

3. Projeto Clínicas do Testemunho

O mais recente e inovador dos projetos implementados pela Comissão de Anistia foi o “Clínicas do Testemunho”. Concebido em 2012, possui como objetivo selecionar projetos da sociedade civil para formação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados pela violência de Estado, entre os anos de 1946 e 1988. O escopo do projeto envolve dimensões de atenção às vítimas, capacitação de profissionais e formulação de insumos de referência para aproveitamento profissional. Neste ano, foram celebrados quatro convênios que serão executados entre 2013 e 2014.

Este projeto fortalece a ação da Comissão em direção à reparação integral na medida em que complementa o processo já iniciado – em suas dimensões financeira, moral e simbólica – com ações de apoio que buscam diminuir e erradicar os sintomas psicológicos que carregam aqueles cidadãos atingidos pelas violências cometidas por agentes estatais.

“É neste contexto que surge o Projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia que tem por objetivo a implementação de núcleos de apoio e atenção psicológica às vítimas e testemunhas, onde o atendido poderá trocar experiências com seus pares, por meio de escutas realizadas por equipe com conhecimento específico, através de metodologia apropriada para estas modalidade de traumas advindos da violência do Estado”. (Comissão de Anistia, 2012)

A ação se fundamenta na ideia segundo a qual o atendimento a vítimas de violência requer especificidades na medida em que há sempre o perigo de se estimular a (re)vitimização daquela pessoa que foi violada. Essa preocupação, tão presente nos debates sobre o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica ou às vítimas de violência sexual, vale para os casos de violência estatal. É neste sentido que o projeto Clínicas do Testemunho se propõe trabalhar não apenas no atendimento especializado, mas também na capacitação de profissionais de saúde mental e outras áreas. E além dessas duas vertentes (atendimento e formação), a proposta prevê a geração de insumos de referência, como espaço de formulação em rede de conhecimentos que possam ser posteriormente aplicáveis por outros profissionais para o atendimento de vítimas de violência de Estado.

Além disso, se optou por implantar o projeto em parceria com entidades privadas sem fins lucrativos. Em 2011 foi lançada a I Chamada Pública, na qual foram estabelecidos o prazo e forma de inscrição, bem como os critérios de seleção dos candidatos e as modalidades de acolhimento e atendimento. Em dezembro de 2012 foram assinados termos de convênio com quatro clínicas em três estados diferentes (RJ, SP e RS) para a execução do projeto Clínicas do Testemunho. Além disso, o referido projeto recebeu a adesão da Clínica implementada em Pernambuco, no âmbito do Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência da Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos, sem aporte de recursos por parte da Comissão de Anistia. Essa adesão deu início à Rede Clínicas do Testemunho, que visa à troca de experiências entre as unidades. Na sequência, estão apresentadas as cinco Clínicas do Testemunho firmadas em 2012:

3.1. Clínica do Testemunho Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro

A proposta prevê duração de 24 meses e tem como objetivos atender até 200 pessoas, realizando grupos de recepção e acolhimento, atendimentos individuais, atendimentos de grupo ou de família, dispositivos grupais para escuta. Também há previsão de: capacitar até 55 profissionais de saúde, realizar 12 oficinas e dois encontros clínicos; criar dois bancos de dados, um instrumento de análise da oferta/demanda, um instrumento para avaliação das capacitações, formulação de proposta de política pública para atenção a vítimas da violência de Estado e pesquisa bibliográfica.

3.2. Clínica do Testemunho Instituto Sedes

Também com duração prevista de vinte e quatro meses, tem como objetivos atender até quarenta e oito anistiados e aproximadamente cento e quarenta e quatro familiares de anistiados, realizando atendimentos em grupo, atendimentos individuais, atendimentos psiquiátricos, articulando redes em parceria com o Sistema Único de Saúde e outros equipamentos da sociedade. Espera-se ainda capacitar até cem agentes de saúde, do sistema judiciário e de agentes executores do projeto; promover pesquisa bibliográfica, oficinas, reuniões de avaliação semanal do andamento do projeto: realizar pesquisa; dois eventos públicos (um jornada multiprofissional no mês 15 e um semi-

nário de conversações públicas no mês 23), com o objetivo de alcançar até trezentas e vinte pessoas; livro (mil exemplares, sendo 200 deles para o Memorial da Anistia), para alcançar até quinhentos downloads em um ano; e vídeo-documentário (10 min com depoimento de pacientes).

3.3. Clínica do Testemunho Projetos Terapêuticos de São Paulo

A duração prevista é de um ano e meio e tem como objetivos atender até cento e quarenta pessoas em atendimentos individuais e em grupos. Na dimensão capacitação, propõe-se fazer reuniões clínicas quinzenais, supervisão clínica mensal, grupo de reflexão teórico-clínico mensal, pesquisa e seleção de vinte e cinco profissionais da saúde. E também publicar um livro com as pesquisas e textos elaborados na execução.

3.4. Clínica do Testemunho Sigmund Freud Associação Psicanalítica

Com duração prevista de dois anos pretende atender até setenta pessoas; capacitar até duzentos profissionais da área de assistência social, saúde e setores públicos; realizar atividades em forma de encontros, fóruns, seminários, com até duzentas pessoas; a elaboração de materiais é pensada como parte dessas atividades, sendo a proposta contar com a participação dos assistentes; também prevê elaborar relatórios dessas capacitações e encontros multiprofissionais.

3.5. Clínica do Testemunho de Pernambuco

A Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH de Pernambuco, por meio de seu Centro Estadual de Apoio as Vítimas e Familiares de Violência – CEAV, se dispôs a integrar a Rede Clínicas do Testemunho mesmo sem aporte financeiro da Comissão de Anistia. Para tanto, juntamente com as quatro Clínicas selecionadas pela Chamada Pública, a equipe da Clínica de Pernambuco participou da primeira reunião técnica de planejamento do projeto realizada no Ministério da Justiça e se comprometeu a seguir as regras e acordos firmados entre todas as partes envolvidas.

Além disso, a Clínica de Pernambuco estabeleceu um diálogo com a Comissão da Memória e da Verdade Centro Dom Hélder Câmara – CMVDHC, com o Conselho Regional de Psicologia e com o Grupo Clínica Política do Rio de Janeiro. Estes atores, de diferentes formas, contribuíram para a implementação do projeto naquele estado.

As cinco Clínicas do Testemunho iniciaram seu trabalho por meio de Conversas Públicas, em que se apresentou a política de reparação do Estado brasileiro e a proposta e metodologia do projeto. Os eventos foram realizados nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, e buscaram sensibilizar e aproximar o público-alvo para o projeto.

“Nestes eventos muitas pessoas se reconhecem como vítimas da violência do Estado, apresentam seu testemunho de vida e recebem as orientações de terapeutas. Por isso, as Conversas Públicas se transformaram em grandes atendimentos grupais de caráter terapêutico.” (Comissão de Anistia, 2012)

Após a realização das Conversas Públicas, as clínicas deram início aos trabalhos. Entretanto, como o projeto teve início no final de 2012, não é possível aqui fazer uma avaliação de seu desempenho. Será apresentada, portanto, apenas uma análise geral do Projeto.

4. Ações Educativas

O Projeto “Anistia Política: educação para a democracia, cidadania e os direitos humanos” desenvolve ações de memória, concebidas numa perspectiva voltada para a educação em direitos humanos. Objetiva o resgate, a preservação e divulgação dos temas da anistia política, da democracia e da Justiça de Transição, por meio de ações educativas e culturais. Busca diversificar e potencializar as ações da Comissão, conferindo um caráter educativo e sensibilizador, além de enfatizar os aspectos simbólicos, históricos e educativos da reparação, para além do seu caráter econômico. As Caravanas de Anistia e a Anistia Política compõem as principais ações desse projeto educativo.

4.1. Caravanas da Anistia

As Caravanas da Anistia, criadas em 2008, são apreciações itinerantes dos requerimentos de anistia feitos pelos perseguidos políticos, realizadas em diferentes estados da Federação, seguidas de atividades educativas e culturais. Sua missão é dar transparência às ações de reparação e democratizar a participação da sociedade civil nesse processo. A sociedade pode ter acesso ao julgamento dos requerimentos, conhecer os critérios utilizados pelo Conselho, os documentos analisados, bem como as decisões adotadas pelo Estado brasileiro no que se refere ao reconhecimento de violações e às reparações.

Compõem uma das ações da política de reparação econômica e moral da Comissão de Anistia. A dimensão de reparação moral diz respeito ao pedido de desculpas do Estado, bem como à oportunidade que se abre aos ex-perseguidos políticos para compartilharem com o público o testemunho de sua história, de modo a resgatar, preservar e honrar esta memória.

O grande mérito das Caravanas foi romper com o silêncio e o medo de discutir publicamente o passado, transferindo o trabalho cotidiano da Comissão de Anistia para praças públicas, escolas e universidades, associações profissionais e sindicatos. Assim, passou a conscientizar as novas gerações, nascidas na democracia, da importância de hoje vivermos em um regime político livre, o Estado de Direito, que pode e deve ser continuamente aprimorado.

Em síntese, os principais objetivos das Caravanas são:

- Promover a reparação econômica, moral e simbólica aos perseguidos políticos;
- Preservar a memória dos atingidos durante os regimes de exceção, valorizando a narrativa pessoal sobre a perseguição;
- Fortalecer a busca pela verdade reconhecendo que houve violações de direitos humanos e para que os cidadãos ofereçam uma resistência à repetição destes atos;
- Disseminar informações para as novas gerações em relação ao significado da anistia e aos direitos humanos com o objetivo de fortalecer a democracia e o Estado de Direito;
- Capacitar atores governamentais e sociais sobre as principais dimensões da Justiça de Transição para que haja multiplicadores das propostas e de valores.

No ano de 2012, foram realizadas treze Caravanas da Anistia (da 54^a a 66^a Caravana). Percorreram diversas cidades do Brasil, a saber: Fortaleza/CE, Teresina/PI, João Pessoa/PB, Camaçari/BA, Belo Horizonte/MG, São Paulo/SP (em duas edições), Bauru/SP, Rio de Janeiro/RJ (em duas edições), Florianópolis/SC, Curitiba/PR e Porto Alegre/RS.

54ª Caravana da Anistia, Camaçari – BA

Data: 29 de fevereiro de 2012

Parceiros: Grupo Tortura Nunca Mais (BA), UFBA, Governo do Estado da Bahia, PCB, SindiQuímica, Prefeitura de Camaçari.



Na Câmara dos Vereadores da Cidade de Camaçari foram apreciados os pedidos de anistia política de cem ex-operários do Pólo Petroquímico, que foram demitidos e perseguidos após participarem de um movimento grevista em 1985. Dentre eles foi apreciado o processo de um Ouvidor Geral do Estado da Bahia que era integrante de movimentos políticos e dirigente sindical, e foi perseguido e impedido de exercer a profissão de analista químico.

55ª Caravana da Anistia, São Paulo – SP

Data: 09 de março de 2012

Parceiros: Mães de Maio, Grupo Tortura Nunca Mais, Arquivo de São Paulo, Núcleo de Memória, União das Mulheres, Comitê das Mulheres pela Verdade, Associação das Mulheres pela Paz, Instituto Sedes Sapientiae.



A caravana que ocorreu na Cinemateca Brasileira em São Paulo foi dedicada exclusivamente a ex-presas e perseguidas políticas, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Foram apreciados os pedidos de anistia política de sete mulheres, além de homenagens às vítimas da ditadura que tiveram papel importante na redemocratização do país.

56ª Caravana da Anistia, Teresina – PI

Data: 30 de março de 2012

Parceiros: Câmara dos Vereadores de Teresina, Faculdade CEUT, Faculdade CESVALE, OAB, Secretaria de Educação e Cultura do Piauí, Comitê pela Memória, Verdade e Justiça do Estado do PI, Instituto Católico de estudos Superiores do PI, Movimento Nacional de Direitos Humanos – Articulação PI, Centro de defesa dos Direitos Humanos Nenzinha Machado.



Na Câmara dos Vereadores de Teresina foram apreciados os pedidos de anistia política de seis piauienses. Dentre eles estava o do ex-Procurador Geral do Estado, Manoel Lopes Veloso, falecido em 2011, que além de ter sido referência no cenário piauiense, ficou conhecido pelo enfrentamento à ditadura. Esta foi a primeira vez que pedidos de anistia política foram julgados no estado do Piauí.

57ª Caravana da Anistia, Porto Alegre – RS

Data: 13 de maio de 2012

Parceiros: PUCRS, IDEJUST, Grupo de Pesquisa CNPq – Direito à Verdade e à Memória e Justiça de Transição, CAPES, FAPERGS.

Realizada no Auditório da Pontifícia Universidade Católica, a Caravana fez parte do Seminário Internacional “Limites e Possibilidades da Justiça de Transição: Impunidade, Direitos e Democracia”, que tinha por tema central a Justiça de Transição. Nela, foram apreciados os pedidos de anistia política de sete gaúchos, dentre os quais o de Christopher Belchior Goulart, neto do ex-presidente João Goulart.



58ª Caravana da Anistia, Bauru – SP

Data: 19 de maio de 2012

Parceiros: Educação em Direitos Humanos/FAAC – Depto. de Ciências Humanas, Unesp-Bauru, Centro de Estudos Sociais e Políticos: “Nossa Memória, Ninguém Apaga”, Secretaria Municipal de Cultura de Bauru, Diretoria de Ensino, Serviço Social de Comércio – SESC, Instituição Toledo de Ensino, Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Bauru, Conselho Regional de Psicologia, Comissão de Direitos Humanos da OAB, Memorial da Resistência de São Paulo, Núcleo de Preservação da Memória Política, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Pró-Reitoria de Extensão da Unesp, Fundação para o Desenvolvimento da Unesp, Conselho Municipal de Direitos Humanos, Colégio Técnico Industrial/Unesp, D’Incao Instituto de Ensino, Jornal da Cidade.



Antecedida pela II Jornada de Direitos Humanos, realizada entre os dias 14 e 24, a Caravana ocorreu no Auditório da Instituição Toledo de Ensino, em Bauru, e apreciou os pedidos de anistia de trinta e cinco requerentes.

59ª Caravana da Anistia, Florianópolis – SC

Data: 22 de junho de 2012

Parceiros: CESUSC, OAB/SC, Curso de Direito CESUSC, Comitê de Vítimas de SC, ABAP, UDESC.



A 59ª Caravana, que ocorreu no Auditório da CESUSC, teve como parte de sua programação a exibição do filme Cidadão Boilesen, seguido de debates, atividade promovida no âmbito do “Festival Cinema pela Verdade”, fruto do Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia. Na ocasião foram apreciados trinta e seis pedidos de anistia política. Dentre estes, o dos jornalistas Jurandir Pires de Camargo e Sérgio Antônio Rubim, que eram repórteres do jornal O Estado e afirmam terem sofrido censura na cobertura da manifestação “Novembrada” contra o presidente João Baptista Figueiredo.

60ª Caravana da Anistia, Fortaleza – CE

Data: 03 de agosto de 2012

Parceiros: Coordenadoria Especial de Políticas Públicas dos Direitos Humanos, Governo do Estado do Ceará – Gabinete do Governador, Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, Deputada Estadual Eliane Novais, Prefeitura de Fortaleza, Câmara Municipal de Fortaleza, UFC, UNIFOR, Associação 64/68, Instituto Frei Tito, Espaço Cultural Dragão do Mar, UECE.



A Caravana ocorreu na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará onde foram apreciados trinta e três pedidos de anistia política. Antecedendo a programação, houve uma sessão solene em homenagem à Comissão de Anistia.

61ª Caravana da Anistia, PUC-RJ

Data: 17 de agosto de 2014

Parceiros: IETS, Instituto Via BR, MTNM, ALICE, Associação de Pesquisadores Sem Fronteira, DHPAZ, ACESSO, Instituto Frei Tito de Alencar.



A 61ª Caravana da Anistia aconteceu durante a “Conferência Internacional: Memória América Latina em Perspectiva Internacional e Comparada”. O evento também foi marcado pelo aniversário de dez anos do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio. Na ocasião foram apreciados oito pedidos de anistia política. Dentre os requerimentos analisados esteve o caso post mortem dos irmãos Yuri e Alex Xavier Pereira, militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Ação Libertadora Nacional (ALN), que foram para Cuba em 1968 e retornaram ao Brasil na clandestinidade.

Já a sessão de homenagens prestigiou protagonistas da luta pela democracia no país, como Luiz Carlos Prestes, que comandou a Coluna Prestes e foi líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por mais de 50 anos; a estilista Zuzu Angel, mãe do militante do MR-8 Stuart Angel, torturado e morto pela repressão, também morta num misterioso acidente; e o teatrólogo Augusto Boal, fundador do Teatro do Oprimido, que alia teatro à ação social, entre outros.

62ª Caravana da Anistia, PUC-RJ

Data: 08 de outubro de 2012

Parceiros: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, X Brasil, Instituto Ensaio Aberto.

O Festival Internacional de Cinema do Rio recebeu a 62ª Caravana de Anistia, que apreciou três pedidos de anistia. Após a sessão, foi realizada a exibição do documentário “*Eu me Lembro*”, seguido de debate com o diretor do documentário, o Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e dois estudiosos, além da presença de pesquisadores, historiadores e interessados no período do regime militar brasileiro.



63ª Caravana da Anistia, PUC-RJ

Data: 25 e 26 de outubro de 2012

Parceiros: UFPR, APP, OAB/PR, Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça.



Antecedida por uma passeata em que seriam demarcados alguns importantes locais de memória da resistência à repressão durante o regime ditatorial, denominada “Os Caminhos da Resistência”, a Caravana da Anistia ocorreu na OAB de Paraná, onde foram apreciados quarenta e três pedidos de anistia política.

Ainda na ocasião, foram lançadas as obras “Justiça de Transição e Estado Constitucional de Direito: perspectivas teórico-cooperativa e análise do caso brasileiro”, de Marcelo Torelly e “Os direitos de transição e a Democracia no Brasil: estudos sobre a Justiça de Transição e teoria da democracia” de Paulo Abrão e Tarso Genro.

64ª Caravana da Anistia, João Pessoa - PR

Data: 21 de novembro de 2012

Parceiros: UFPB e Cátedra UNESCO.



O VII Seminário Internacional de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba recebeu a 64ª Caravana de Anistia e o Encontro anual da rede de universidades que compõem a Cátedra UNESCO de “Direitos Humanos e Violência: governo e governança”. Na ocasião foram apreciados sete pedidos de anistia política.

65ª Caravana da Anistia, Belo Horizonte - MG

Data: 29 e 30 de novembro de 2012

Parceiros: Associação dos Amigos do Memorial da Anistia, UFMG, OAB/MG, Faculdade Carlos Chagas, FITBH.



A caravana ocorreu na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e apreciou os pedidos de anistia política de vinte e cinco requerentes.

Antecedendo a caravana, foi exibido o documentário “Eu me lembro” e apresentações culturais organizadas por parceiros locais.

66ª Caravana da Anistia, São Paulo - SP

Data: 08 de dezembro 2012

Parceiros: Memorial da Resistência de São Paulo, Instituição Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas, Ação Solidária Madre Cristina, Governo do Estado de São Paulo, Pastoral Carcerária – SP, Comissão da Justiça e Paz – SP, Oposição Metalúrgica – Projeto Memória, Associação dos Anistiados Políticos, Aposentados, PensiANAP, CV Vladimir Herzog, Comissão de Ex-Presos e Perseguidos Políticos, CEV Rubens Paiva, CONDEPE, Diocese de Botucatu, Grupo Tortura Nunca Mais.



A 66ª Caravana de Anistia teve programação iniciada no Memorial da Resistência com uma sessão solene de julgamento do pedido de anistia política *post mortem* do padre José Eduardo Augusti, defensor dos Direitos Humanos nas atividades pastorais e vítima da repressão. Em seguida, ocorreu a apreciação de dez outros requerimentos de anistia política.

4.2. Anistias Culturais

As Anistias Culturais caracterizam-se por proporcionar a reflexão de temáticas relativas à questão da anistia política e repressão ditatorial em datas emblemáticas que marcam fatos históricos da luta pela democracia. Apesar de ser aberta ao público em geral, possui a característica de capacitar os servidores e trazem ao debate questões atuais, referidas aos processos de justiça de transição, em curso no País. Com o objetivo de atingir todos os funcionários da Comissão de Anistia, suas edições ocorrem na sede do Ministério da Justiça.

Além de municiar os funcionários com informação, busca-se sensibilizá-los para que possam analisar o conteúdo dos processos considerando seus componentes históricos e mesmo emocionais, com o objetivo de que não sejam reduzidos a documentos meramente administrativos. Trata-se de uma forma de manter a equipe da Comissão alerta para o fato de que se trabalha diuturnamente com a história e memória de vida de pessoas reais e não apenas com documentos.

Deste modo, a Comissão convida palestrantes para discutir temas específicos em mesas de debate que podem ser acompanhadas por exibição de filmes, apresentações culturais e exposições. Algumas Anistias Culturais contam com sessões de apreciação de processos que representam o tema escolhido para discussão.

Assim como as Caravanas da Anistia, esta atividade vem sendo realizada desde 2008 e em 2012 foram realizadas duas sessões. Em 2 de fevereiro de 2012 foi realizada uma sessão em homenagem a filhos e filhas de perseguidos e perseguidas políticos e em 20 de março de 2012 uma outra sessão, dessa vez em homenagem à Estela Carlotto, presidente da *Asociación Abuelas de la Plaza de Mayo*, da Argentina.

5. Ações de Disseminação

A Comissão de Anistia possui ações para disseminação de seus projetos, de princípios e valores referentes à Justiça de Transição e aos direitos humanos. Um dos principais papéis da disseminação é fomentar o intercâmbio de experiências institucionais, de práticas e políticas inovadoras de reparação, de verdade e de memória, para que possam ser replicadas em outras esferas governamentais e sociais.

O acervo reunido de 70.286 mil requerimentos de anistia constitui fonte inédita que possibilita trazer à tona histórias ainda não reveladas e realização de pesquisas baseadas em fatos empíricos. Nesse sentido, a Comissão incentiva a elaboração de pesquisas e de publicações que tragam elementos para leitura da história, do ponto de vista das vítimas de violações de direitos humanos, e promove sua divulgação, para que o conhecimento e informações produzidas alcancem público mais amplo do que o acadêmico.

Com o objetivo de facilitar o acesso à documentação e à informação, foram feitas parcerias com a Comissão Nacional da Verdade, nos termos da Lei nº 12.528/2011, e com Comissões locais da verdade do Distrito Federal, Paraná, Pernambuco e São Paulo, disponibilizando o acervo da Comissão de Anistia para investigações.

Dentre os seminários que a Comissão participou e organizou e, 2012, se destacaram:

VII Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB – Justiça de Transição: direito à justiça, à memória e à verdade.

O VII Seminário Internacional de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, nos dias 20 a 23 de novembro, foi promovido pelo Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos e o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHLA), em conjunto com o Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas e o Centro de Referência dos Direitos Humanos do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) e a Comissão de Direitos Humanos da Reitoria, além de outros Programas de Pós-Graduação da UFPB.

O VII Seminário abordou um tema atual e relevante para a consolidação do Estado Democrático de Direito: a Justiça de Transição nos seus vários aspectos: jurídicos, históricos, políticos, sociais e culturais.



Fórum Repressão e História Oral – Apresentação e debate do Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia

Foi promovido um debate dia 27 de janeiro de 2012, acerca do tema da Anistia Política no Brasil e sua abordagem desde a perspectiva da História Oral, discutindo os resultados parciais de iniciativas fomentadas pelo Projeto Marcas da Memória. O projeto História Oral é realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sendo uma iniciativa da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, apoiada pelo Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

Participaram da mesa o Presidente da Comissão de Anistia e Secretário Nacional de Justiça, o Coordenador-Geral de Memória Histórica da Comissão de Anistia, pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E ainda, nesse ano, foi firmado um Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Paraná para apoiar o Observatório de Direitos Humanos do Paraná.

5.1. Pesquisas

Foram contratados pelo Projeto de Cooperação com o PNUD – “Cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional do Brasil”, quatro consultores para realização de pesquisas nas temáticas: *Guerrilha do Araguaia, Militares, Grupo dos Onze e União Nacional dos Estudantes - UNE*.

O objetivo dessas pesquisas, além de contribuir para a instrução de requerimentos de anistia, foi o de conhecer a atuação dos grupos políticos atuantes durante a ditadura militar, as formas institucionais de repressão a eles impressa e o processamento destes feitos pelo Estado brasileiro.

Espera-se, como resultado da promoção das pesquisas, a sistematização de informações, conhecimentos e experiências acumuladas pela Comissão de Anistia e por outros acervos, que permitam a construção e revisão de novas políticas de Justiça Transicional.

Com a Universidade Federal de Minas Gerais foi firmada parceria para o “Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória” da UFMG. Seu objetivo foi

a identificação de fontes documentais em imagem, impressos e audiovisual, destinadas à Exposição Permanente do Memorial da Anistia Política do Brasil, tendo por base as orientações do Mapa Curatorial.

A fase inicial da pesquisa identificou fontes documentais em imagens, impressos e audiovisuais com corte cronológico entre os anos de 1950 a 1985. Também desenvolveu pesquisas referentes à identificação, captura e tratamento de fontes documentais, à localização de novos acervos e ao inventário de novas fontes.

5.2. Acervo e Digitalização

O Arquivo da Comissão de Anistia está em funcionamento desde setembro de 2007 no galpão do Arquivo Central do Ministério da Justiça. Antes disso, o acervo era armazenado nos setores de trabalho.

A fase de instrução processual e o próprio julgamento consolidam informações que narram a história do Brasil desde a perspectiva das vítimas, agrupando um conjunto complexo e heterogêneo de documentos, tais como: petições com alegação de perseguição política firmadas pelo perseguido, seus familiares ou procuradores; certidões do Serviço Nacional de Informações (SNI); documentação disponível no Arquivo Nacional; documentação de arquivos estaduais e municipais; informações sobre a natureza dos vínculos empregatícios dos requerentes; documentação comprobatória de identidade; depoimentos e cartas atuais e do período das perseguições; recortes de mídia impressos.

Além dos processos de requerimento de anistia, a Comissão também possui em seu acervo histórico livros e outras publicações; *folder*; gravações de sessões; filmes; notícias de jornais; cobertura das Caravanas; acervos doados à Comissão, como o Relatório sobre a Guerrilha do Araguaia da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e documentos periciais do Instituto de Criminalística Prof. Armando Samico.

5.2.1. Digitalização do Acervo

Os requerimentos de anistia são documentos que possuem valor histórico e cultural que precisam ser preservados permanentemente. Para tornar possível esta preservação eterna, a Comissão deu início, em 2012, à digitalização de seu acervo para viabilizar a conservação do suporte sem restringir o acesso à informação.

A digitalização dos 70.286 mil processos permitirá maior segurança na gestão processual e contribuir para gerar maior efetividade e eficiência ao trâmite. Além da preservação do suporte original permanentemente, a digitalização tem por objetivos específicos:

- Possibilitar a análise mais ágil e segura dos requerimentos, pois o acesso ao acervo poderá ser virtual e simultâneo pela equipe de analistas da CA;
- Contribuir para o amplo acesso e disseminação dos documentos arquivísticos da Comissão para usuários internos e externos (com diferentes permissões de acesso); e
- Permitir a preservação e segurança dos documentos originais, por restringir seu manuseio e transporte.

O acervo será ainda indexado de forma automática, ou seja, será realizado o reconhecimento óptico de caracteres (OCR) que permitirá ao leitor localizar palavras dentro do texto, possibilitando pesquisas, localização de termos específicos e viabilidade da construção de uma base de conhecimento da história da anistia política no Brasil e da violação de direitos nos regimes de exceção.

O contrato de trabalho com a empresa Intelipar Tecnologia da Informação prevê a digitalização de um total de 3.600.000 imagens, que corresponde a aproximadamente quarenta por cento (40%) da quantidade total de imagens que compõem o acervo de requerimentos da Comissão de Anistia. Do total contratado, 212.000 imagens foram concluídas até o final do ano de 2012, o que corresponde a aproximadamente 6% do contrato.

5.2.2. Parceria com Fundação Lelio e Lisli Basso – ISSOCO

Outra importante iniciativa no âmbito da memória foi a assinatura, em 2012, de acordo de cooperação com a entidade italiana Fundação Lelio e Lesli Basso – Issoco. Tal acordo teve como objetivo digitalizar, sistematizar, inventariar e disponibilizar cópia dos documentos do Tribunal Russel II, que organizou na Itália sessões de denúncia à repressão na América Latina no período de 1974 a 1976; do I Congresso Nacional do Comitê Brasileiro pela Anistia; do Tribunal Permanente dos Povos, entre outros fundos custodiados pela Fundação. Foram digitalizadas cerca de 70.000 páginas desse acervo inédito – que irá compor também o Centro de Documentação do Memorial da Anistia –, além de panfletos, fotografias, slides, videocassetes e fitas cassete. Dessa parceria, resultaram, ainda, três pesquisas que deram origem a uma publicação que as compila.

Esta parceria fortalece os trabalhos da Comissão de Anistia na política de justiça transicional na medida em que possibilitará:

- Disponibilizar um patrimônio documental inédito sobre a história da luta pelos direitos humanos no Brasil;
- Promover o conhecimento do conteúdo dos documentos e, assim, contribuir para os processos de análise e de elaboração histórico-política sobre a implantação das ditaduras militares no Brasil e na América Latina.

5.3. Publicações

Além das incentivadas por meio da cooperação com o PNUD, outras publicações foram editadas por meio dos contratos nacionais do Ministério da Justiça.

A “Revista Anistia Política e Justiça de Transição”, publicada desde 2009, foi criada com o intuito de fortalecer o diálogo em torno da temática, proporcionando espaço para o debate das atualidades do campo, por meio de artigos inéditos e entrevistas, um espaço para a apresentação, em português, de textos canônicos publicados no estrangeiro, e de documentos técnicos, políticos e judiciais de difícil acesso para o leitor brasileiro. As edições de número 5 e 6 foram publicadas em 2012.

O destaque dentre as publicações foi o “Manual Justiça de Transição”, publicado em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o International Center for Transitional Justice (ICTJ), teve edição em três línguas: espanhol, inglês e português.

Também foram impressos mil exemplares do “Comissões da Verdade - Estudos Temáticos”, em português (Nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10), em espanhol (tradução do ICTJ para uso digital) e em árabe (tradução do ICTJ para uso digital), em parceria com a ABC, PNUD e ICTJ.

Em parceria com o Instituto de Comunicação, Estudos e Consultoria – Primeiro Plano, de Santa Catarina, foi publicado o livro “Caravanas da Anistia: o Brasil pede perdão”.

Na área de educação e divulgação institucional, a Comissão de Anistia publicou:

- 3.000 unidades do Livro “Paulo Freire – Anistiado Político Brasileiro”, obra conjunta do projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia e do Instituto Paulo Freire;
- 10.000 unidades das “Cartilhas Liberdades Democráticas”, obra da Comissão de Anistia em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República;
- 2.000 unidades do manual “Transitional Justice – Handbook for Latin America”, obra da Comissão de Anistia em parceria a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o International Center for Transitional Justice (ICTJ);
- 2.000 unidades do manual “Justiça de Transição – Manual para América Latina”, obra da Comissão de Anistia em parceria com a ABC, PNUD e ICTJ;
- 2.000 unidades do manual “Justicia Transicional – Manual para America Latina”, obra conjunta da Comissão de Anistia em parceria com a ABC, PNUD e ICTJ;
- 1.500 unidades da “Revista Anistia Política e Justiça de Transição nº 05”, obra produzida pela Comissão de Anistia;
- 1.500 unidades da “Revista Anistia Política e Justiça de Transição nº 06”, obra produzida pela Comissão de Anistia;
- 3.000 unidades do livro “Rádio Libertadora: a palavra de Carlos Marighella”, obra produzida pela Comissão de Anistia;
- 3.000 unidades do livro “68: A geração que queria mudar o mundo”, obra produzida pela Comissão de Anistia;
- 300 unidades da “Revista Liberto”, obra conjunta do projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia e Instituto Pauline Reichstul de Tecnologia, Direitos Humanos e Defesa do Meio Ambiente.

6. Cooperação Internacional

A Comissão deu início a uma articulação internacional para a troca de experiência e informações no âmbito dos direitos humanos e da Justiça de Transição. Para isso, tanto promoveu seminários quanto participou de congressos e eventos como convidada.

Em março de 2012, a Comissão de Anistia participou do Encontro de Planejamento da Rede Latino-Americana para a Prevenção ao Genocídio e Atrocidades em Massa, em Buenos Aires, sediado pelo governo da Argentina, em parceria com o Instituto Auschwitz para a Paz e a Reconciliação.

Ainda no mês em março, a Comissão participou, pelo quarto ano consecutivo, do Tribunal de Justiça Restaurativa de El Salvador, que tem como objetivo resgatar a memória e a verdade de fatos ocorridos durante a ditadura que fez milhares de vítimas naquele país e indicar políticas de reparação que impeçam a repetição dos massacres vivenciados pelo povo salvadorenho. Durante as sessões, vítimas e testemunhas são ouvidas, sítios de memória são visitados, e ao final, é promulgada uma sentença com relatório, declarações e recomendações.

Participou do Seminário Internacional – Operação CONDOR, realizado na Câmara dos Deputados em Brasília, nos dias 4 e 5 de julho de 2012. Em agosto, em parceria com o Consulado do Brasil na Alemanha e com a Universidade Goethe, organizou o congresso Justiça de Transição – Análises Comparadas Brasil-Alemanha. Outro evento de grande importância organizado pela Comissão de Anistia, em parceria com

a PUC do Rio de Janeiro, foi a Conferência Internacional Memória: América Latina em perspectiva internacional e comparada. A atividade foi realizada com a participação das seguintes instituições: PUC-Rio; Departamento de Direito da PUC-RIO; Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio; Coalizão Internacional de Sítios de Consciência; Memorial da Anistia Política do Brasil/Comissão de Anistia; Governo do Brasil.

Também contou com o apoio do PNUD, projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, Memorial da Resistência de São Paulo, Coletivo Memória, Verdade e Justiça do Rio de Janeiro, Núcleo Memória, OAB do Rio de Janeiro, União Nacional dos Estudantes e Vice-Reitoria Comunitária da PUC-Rio.

Além disso, a Comissão de Anistia também organizou o Seminário Internacional “Limites e possibilidades da Justiça de Transição: Impunidade, Direitos e Democracia” em Porto Alegre /RS (dias 11, 12 e 13 de abril) e participou do VII Seminário Internacional de Direitos Humanos realizado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.



Seminário Limites e possibilidades da justiça de transição: impunidade, direito e democracia. Porto Alegre.

6.1. Cooperação com o PNUD

Com o intuito de fortalecer as capacidades de elaboração e execução de ações da Comissão de Anistia nas áreas de intercâmbio de experiências institucionais para Justiça de Transição, e na área de educação, ciência e cultura, a Comissão deu continuidade, em 2012, à cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Trata-se do Projeto: BRA/08/021 – Cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional do Brasil.

No âmbito do Projeto, foram definidos três resultados: 1) geração de subsídio para estudos e políticas públicas; 2) fomentar a troca de experiências internacionais exitosas no meio internacional, com especial ênfase na cooperação Sul-Sul; e 3) disseminação da informação e mobilização nos planos nacional e internacional.

Em relação ao resultado 1, no final do ano foram contratados quatro consultores para realização de estudos nas temáticas: Guerrilha do Araguaia, Militares, Grupo dos Onze e União Nacional dos Estudantes – UNE. Tratava-se de pesquisas bibliográficas e histórico-analíticas para mapear trajetórias e auxiliar a instrução de processos relacionados a esses grupos para fins de julgamento.

Dois eventos auxiliaram a captação de memória oral sobre o período: Oitava História Oral de São Paulo (26 a 30 de janeiro); 27 – Fórum Social Temático sobre Repressão e História Oral em Porto Alegre (em 27 de janeiro).

O resultado 2 possibilitou à Comissão de Anistia promover eventos internacionais para o intercâmbio de conhecimentos e capacitação de servidores. Destacam-se as seguintes atividades promovidas ou apoiadas no período:

- 21 a 23/03: 4º Tribunal Internacional de Justiça Restaurativa em El Salvador.
- 20 a 24/03: Encontro de Planejamento da Rede Latino-Americana para a Prevenção ao Genocídio e Atrocidades em Massa, em Buenos Aires, Argentina – sediado pelo governo argentino e realizado em parceria com o Instituto Auschwitz para a Paz e a Reconciliação.
- 30/03 a 1º/04: 5º Encontro Latino Americano de Memória, Verdade e Justiça, realizado em Porto Alegre, resultado da parceria entre a Comissão de Anistia, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos e a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Atuaram como painelistas, representantes da classe política, Procuradores Federais e membros da sociedade civil do Cone Sul.
- 11 a 14/04: Seminário Internacional Limites e Possibilidades da Justiça de Transição: Impunidade, Direitos e Democracia e 56ª Caravana da Anistia, em Porto Alegre. Uma realização da Comissão de Anistia e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul que contou com o apoio do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPQ, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul.
- 26 a 28/04: II Seminário Pesquisa, Direito e Movimentos Sociais, em Goiás.
- 16/05: Oficina de Intercambio Latino-Americano: Construção de projeto de apoio psicológico aos afetados pela violência de Estado e de acompanhamento de Testemunhas na Comissão da Verdade, no Rio de Janeiro.
- 04 e 05/07: Seminário Internacional sobre a Operação Condor, ocorrido em Brasília/DF.
- 14 a 17/08: Conferência Internacional Memória: América Latina em perspectiva internacional e comparada, Rio de Janeiro/RJ. Organizada pela Comissão de Anistia em parceria com a PUC-RIO.
- VII Seminário Internacional de Direitos Humanos realizado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.
- Congresso Justiça de Transição – Análises Comparadas Brasil Alemanha, em Frankfurt, Alemanha. Uma organização da Comissão de Anistia em parceria com o Consulado do Brasil na Alemanha e com a Universidade Goethe.

No âmbito do resultado 3, foram realizados a 55ª Caravana da Anistia, em São Paulo (8 e 9 de março); a 60ª Caravana da Anistia, em Fortaleza (3 de agosto); a 62ª Caravana da Anistia no Rio de Janeiro (08 de outubro); a inauguração do museu de percurso *Caminhos da Resistência* e a 63ª Caravana da Anistia em Curitiba (25 e 26 de outubro); a 65ª Caravana da Anistia, em Belo Horizonte (29 e 30 de novembro); e a 66ª Caravana da Anistia, em São Paulo (8 de dezembro). Ainda houve a contratação de três consultorias a fim de produzir pesquisas para os projetos, cujos produtos serão entregues em 2013.

Biografia dos Conselheiros

Presidente: Paulo Abrão

Conselheiro desde 04 de abril de 2007

Nascido em Uberlândia/MG, em 11 de junho de 1975, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente, é professor do Curso de Pós-Graduação e da Graduação em Direito da Universidade Católica de Brasília e licenciado da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É vice-presidente da Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDI).

Vice-Presidentes:

Egmar José de Oliveira

Conselheiro desde 26 de abril de 2004

Nascido em Jaraguá/GO, em 02 de agosto de 1958, é graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Anápolis. Atualmente é advogado militante em São Paulo e Goiás, atuando em causas trabalhistas e de direitos humanos.

Sueli Aparecida Bellato

Conselheira desde 06 de março de 2003

Nascida em São Paulo/SP, em 1º de julho de 1953, é religiosa da Congregação Nossa Senhora – Cônegas de Santo Agostinho e advogada graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, com intensa atividade nas causas sociais. Já trabalhou junto ao Ministério Público Federal na área de Direitos Humanos, foi assistente parlamentar e atuou no processo contra os assassinos do ambientalista Chico Mendes. É membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Conselheiros:

Aline Sueli de Salles Santos

Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008

Nascida em Caçapava/SP, em 04 de fevereiro de 1975, é graduada em Direito pela Universidade de São Paulo, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília. É professora da Universidade Federal do Tocantins/TO.

Ana Maria Guedes

Conselheira desde 04 de fevereiro de 2009

Nascida em Recife/PE, em 19 de abril de 1947, é graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Salvador. Atualmente é membro do Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia e membro da Coordenação do Projeto Memorial da Anistia e Direitos Humanos da Bahia.

Ana Maria Lima de Oliveira

Conselheira desde 26 de abril de 2004

Nascida em Irituia/PA, em 06 de dezembro de 1955, é Procuradora Federal do quadro da

Advocacia-Geral da União desde 1987, graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará. Atualmente compõe a equipe de assessoria do Gabinete da Governadora do Estado do Pará.

Carolina de Campos Melo

Conselheira desde 02 de fevereiro de 2012.

Nascida na cidade do Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1976, é graduada e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É Advogada da União desde setembro de 2003. É também Professora do Departamento de Direito da PUC-Rio e Coordenadora Acadêmica do Núcleo de Direitos Humanos.

Carol Proner

Conselheira desde 14 de setembro de 2012.

Nascida em 14 de julho de 1974, em Curitiba/PR. Advogada, doutora em Direito Internacional pela Universidade Pablo de Olavide de Sevilha (Espanha), Coordenadora do Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia da UniBrasil, Co-Diretora do Programa Máster-Doutorado Oficial da União Européia, Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo - Universidade Pablo de Olavide/ Universidad Internacional de Andaluzia. Concluiu estudos de Pós-Doutorado na École de Hautes Etudes de Paris, França. É Secretária-Geral da Comissão da Verdade da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná.

Cristiano Paixão

Conselheiro desde 1º de fevereiro de 2012.

Nascido na cidade de Brasília, em 19 de novembro de 1968, é mestre em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e fez estágio pós-doutoral em História Moderna na Scuola Normale Superiore di Pisa, Itália. É Procurador Regional do Trabalho em Brasília e integra a Comissão da Verdade Anísio Teixeira da Universidade de Brasília, onde é professor da Faculdade de Direito. Foi Professor visitante do Mestrado em Direito Constitucional da Universidade de Sevilha (2010-2011). Co-líder dos Grupos de Pesquisa “Direito e história: políticas de memória e justiça de transição” (UnB, Direito e História) e “Percurso, Narrativas e Fragmentos: história do direito e do constitucionalismo” (UFSC-UnB).

Edson Claudio Pistori

Conselheiro desde 13 de janeiro de 2009

Nascido em Rondonópolis/MT, em 15 de março de 1977, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e mestrando na mesma instituição. Foi Assessor da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação e da Secretária-Geral da Presidência da República. Atualmente é professor da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Eneá de Stutz e Almeida

Conselheira desde 22 de outubro de 2009

Nascida no Rio de Janeiro/RJ, em 10 de junho de 1965, é graduada e mestre em Direito

pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. É Professora da Universidade de Brasília, onde atualmente é coordenadora do curso de graduação em Direito. É vice-presidente do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), na gestão 2009-2011.

Henrique de Almeida Cardoso

Conselheiro desde 31 de maio de 2007

Nascido no Rio de Janeiro/RJ, em 23 de março de 1951, é o representante do Ministério da Defesa junto à Comissão de Anistia. Oficial de artilharia do Exército pela Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), é bacharel em Ciências Econômicas e em Ciências Jurídicas, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

José Carlos Moreira da Silva Filho

Conselheiro desde 25 de maio de 2007

Nascido em São Paulo/SP, em 18 de dezembro de 1971, é graduado em Direito pela Universidade de Brasília, mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação e da Graduação em Direito na Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Juvelino José Strozake

Conselheiro desde 25 de maio de 2007

Nascido em Alpestre/RS, em 18 de fevereiro de 1968, é advogado graduado pela Faculdade de Direito de Osasco (FIEO), mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É membro da Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP).

Luciana Silva Garcia

Conselheira desde 25 de maio de 2007

Nascida em Salvador/BA, em 11 de maio de 1977, é graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia e mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Advoga para a organização não-governamental Justiça Global que atua junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Márcia Elayne Berbich de Moraes

Conselheira desde 23 de julho de 2008

Nascida em Cianorte/PR, em 17 de novembro de 1972, é advogada graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É especialista, mestre e doutoranda em Ciências Criminais, todas pela mesma instituição. É integrante do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul desde 2002. É professora da Faculdade de Direito de Porto Alegre (FADIPA).

Márcio Gontijo

Conselheiro desde 21 de agosto de 2001

Nascido em Belo Horizonte/MG, em 02 de julho de 1951, é advogado público de carreira e pertencente aos quadros da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça

desde 1976. É representante dos anistiados políticos na Comissão de Anistia. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, é o decano da Comissão de Anistia, tendo ainda acompanhado a criação da Comissão Especial de indenização dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos.

Marina da Silva Steinbruch

Conselheira desde 25 de maio de 2007.

Nascida em São Paulo/SP, em 12 de abril de 1954, é graduada em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo/SP. Atuou como defensora pública da União por 22 anos.

Mário Albuquerque

Conselheiro desde 22 de outubro de 2009

Nascido em Fortaleza/CE, em 21 de novembro de 1948. É membro da Associação Anistia 64/68. Atualmente preside a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou do Estado do Ceará.

Narciso Fernandes Barbosa

Conselheiro desde 25 de maio de 2007

Nascido em Maceió/AL, em 17 de setembro de 1970, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Alagoas e possui especialização em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba. É advogado militante nas áreas de direitos humanos e de segurança pública.

Nilmário Miranda

Conselheiro desde 1º de fevereiro de 2012.

Nascido em Belo Horizonte/ MG, em 11 de agosto de 1947, é jornalista e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi deputado estadual, deputado federal e ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH – 2003/2005). Quando deputado federal, presidiu a Comissão Externa para Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi autor do projeto que criou a Comissão de Direitos Humanos na Câmara, que presidiu em 1995 e 1999. Representou por sete anos a Câmara dos Deputados na Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos. É membro do Conselho Consultivo do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado “Memórias Reveladas”. Atualmente é presidente da Fundação Perseu Abramo.

Prudente José da Silva Mello

Conselheiro desde 25 de maio de 2007

Nascido em Curitiba/PR, em 13 de abril de 1959, é graduado em Direito pela Universidade Católica do Paraná e doutorando em Direito pela Universidade Pablo de Olavide (Espanha). Advogado trabalhista de entidades sindicais de trabalhadores desde 1984, atualmente leciona no Curso de Pós-Graduação em Direitos Humanos do Centro de Estudos Universitários de Santa Catarina (CESUSC).

Rita Maria de Miranda Sipahi

Conselheira desde 22 de outubro de 2009

Nascida em Fortaleza/CE, em 23 de fevereiro de 1938, é graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife. É servidora pública aposentada pela

Prefeitura do Município de São Paulo. Possui experiência em Planejamento Estratégico Situacional e já desenvolveu trabalhos na área de gestão como supervisora geral de desenvolvimento de pessoal da Secretaria do Bem Estar Social da Prefeitura de São Paulo.

Roberta Camineiro Baggio

Conselheira desde 25 de maio de 2007

Nascida em Santos/SP, em 16 de dezembro de 1977, é graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora adjunta na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia/MG.

Rodrigo Gonçalves dos Santos

Conselheiro desde 25 de maio de 2007

Nascido em Santa Maria/RS, em 11 de julho de 1975, é advogado graduado e mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. É professor da Faculdade de Direito UNIEURO/DF.

Vanda David Fernandes de Oliveira

Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008

Nascida em Estrela do Sul/MG, em 31 de junho de 1968, é graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e doutoranda em Direito pela Universidad de Alicante (Espanha). É membro do Conselho Estadual de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais.

Virginius José Lianza da Franca

Conselheiro desde 1º de agosto de 2008

Nascido em João Pessoa/PB, em 15 de agosto de 1975, é advogado graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba, especialista em Direito Empresarial e mestrando em Direito pela mesma instituição. Ex-diretor da Escola Superior da Advocacia da Ordem dos Advogados/Seccional Paraíba. Atualmente é professor e Procurador do Instituto de Terras e Planejamento Agrário (INTERPA) do Estado da Paraíba.

Equipe completa da Comissão

Presidência

PAULO ABRÃO

Vice-presidentes

SUELI BELLATO

EGMAR OLIVEIRA

Secretaria Executiva

MULLER BORGES – Secretário Executivo

FÁBIO DA SILVA SOUSA COSTA

JANINE POGGIALI GASPARONI E OLIVEIRA

LÍVIA VIEIRA BRAÚNA

LUCIANE FARIA GONÇALVES

OADIR ARAÚJO FERNANDES

PRISCILLA DO NASCIMENTO SILVA GOUDIM

LOURENA FLORINDO MILHOMEM

NATÁLIA COSTA

NAIRA LARA GARCIA LEAL (Estagiária)

Coordenação de Análise e Informação Processual

CAROLINA NUNES – Coordenadora

ALAN CRUZ MURADA

CLÁUDIA MARTINS DE OLIVEIRA

CRISTIANO FERREIRA MORAIS

DÉBORAH CRISTINA COELHO MACHADO

EDNALDO PORTELA DE AMORIM

ELISA MACHADO RABELO

GIOVANA RODRIGUES ARAÚJO

LEONARDO AGUILAR VILLALOBOS

LORENA DAS NEVES CHAVEIRO

MARCELLO EVANDRO DE C. DIAS PORTELA

MISLENE DOS SANTOS

NORMA FELICIANO DA SILVA

RODRIGO MERCANTE

SABRINA NUNES GONÇALVES DA SILVA

THIAGO SILVA SERRAT DE OLIVEIRA

Coordenação de Controle e Gestão Processual

JOICY HONORATO – Coordenadora

ADRIANA SOARES GUIMARÃES PEREIRA

ALEXANDRE SILVA LEMOS

ALEXANDRE TADEU DE OLIVEIRA

ANA CÉLIA DE ALMEIDA GONÇALVES (Estagiária)
ANA LOURDES REIS BROD
ANA PAULA BARBACENA
ARQUIMEDES BARROS RODRIGUES
CLARISSA ARRETCHE MESSIAS
EMILINHA SOARES MARQUES
GLÁUCIA FERREIRA COSTA (Estagiária)
GRAZIELLY TAVARES MARQUES (Estagiária)
HELBERT LOPES ROCHA
HUDSON LOPES DA SILVA
JOSÉ ANTUNES PRIMO JUNIOR
LEONARDO BARBOSA CARDOSO
LEONARDO KRIEGER F. BARBOSA
LIRA DE ASSIS FERREIRA DOS SANTOS (Estagiária)
LUANA FONSECA OLIVEIRA
MARCUS ANTÔNIO SANTOS SALLES GOMES (Estagiário)
MARIA MÔNICA (Estagiária)
MATHEUS ÁVILA (Estagiário)
PILAR DE FREITAS CUSTÓDIO (Estagiária)
RAIANE FEITOZA DA SILVA (Estagiária)
RENATA ALVES NERES NOGUEIRA
RODRIGO DE JESUS SILVA
ROSEMEIRE DE OLIVEIRA ARAÚJO
THIAGO LUNA

Central de Atendimento
ALINE AGUIAR – Chefe da Divisão
ANA ETELVINA SEMIÃO
CAMILA NERY
HAYARA VIANNA SILVA
LEANDRO ISAIAS ALVES (Estagiário)
LEANDRO ROCHA MUNDIM DE OLIVEIRA (Estagiário)

Coordenadora Executiva do Memorial da Anistia
AMARÍLIS BUSH TAVARES

Coordenação Geral de Políticas de Justiça de Transição e Memória Histórica
MARCELO D. TORELLY – Coordenador-Geral de Memória Histórica
ROSANE CAVALHEIRO CRUZ – Coordenação de Políticas de Justiça de Transição e Memória Histórica
ALINE AGNES VIEIRA MACABEU
DANIEL FERNANDES DA ROCHA
DÉBORAH NUNES LYRA
EDUARDO HENRIQUE FALCÃO PIRES

FELLIPE MATHEUS BERNARDINO PEREIRA (Estagiário)
JENY KIM BATISTA
MARIA JOSÉ VICENTE DA SILVA
PAULA REGINA M.GENERINO DE ANDRADE
WALLISON DOS SANTOS MACHADO (Estagiário)

Divisão de Arquivo e Memória

MARIA CRISTINA DE CASTRO (coordenadora)
MAYARA NUNES DE CASTRO
EMILINHA SOARES MARQUES
CÍCERO CAMPOS DA SILVA
LEONARDO KRIEGER F. BARBOSA
RODRIGO DE JESUS SILVA
ROSEMEIRE DE OLIVEIRA ARAÚJO
RENATA FAYAD DE ALBUQUERQUE ROSA (estagiária)
JESSYCA LORENA ALVES BERNARDINO (estagiária)
GRAZIELLEY TAVARES MARQUES (estagiária)
PILAR DE FREITAS CUSTÓDIO (estagiária)
MATHEUS HENRIQUE SANTOS DURÃES (estagiário)
MARCUS ANTÔNIO SANTOS SALLES GOMES (estagiário)
GLEISON MARCICO NASCIMENTO (estagiário)

Serviço de Apoio Administrativo

LÍVIA ALMEIDA – Coordenadora
ILZA HELENA DE ARAÚJO DIAS
MARLUCI FERREIRA DOS SANTOS
SAMUEL DOMINGOS DE OLIVEIRA
ANTONIO FRANCISCO MARCICO RIBEIRO
SANARA SCARLETT LOPES SILVA
CLEITON DE OLIVEIRA RODRIGUES
GARDÊNIA AZEVEDO DE OLIVEIRA
ISABELLA LINDOLFO DE OLIVEIRA (Estagiária)
RUTHE FERNANDA GARCIA

